



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA  
DO ESTADO DO CEARÁ



# Relatório de Gestão



**Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo**  
**Diretor da Esmec - Fev/2013 a Jan/2015**

## DIRETORIA

**Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo**  
Diretor - Fev/2013 a Jan/2015

**Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho**  
Juiz Coordenador - Fev/2013 a Jan/2015

### JUIZES COORDENADORES DOS POLOS DE APRENDIZAGEM

**Crato** - Ângelo Bianco Vettorazzi  
**Iguatu** - Ricardo Alexandre da Silva Costa  
**Sobral** - Francisco Anastácio Cavalcante Neto  
**Crateús** - José Hercy Ponte de Alencar

### CONSELHO DE EX-DIRETORES

Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva (jul/2010 - jan/2013)  
Des. Raimundo Eymard R. de Amoreira (2009-jun/2010)  
Des. João Byron de Figueiredo Frota (2007-2008)  
Des. Ademar Mendes Bezerra (2005-2006)  
Des. José Cláudio Nogueira Carneiro (2003-2004)  
Desa. Gizela Nunes da Costa (2001-2002)  
Des. Raimundo Bastos de Oliveira (1999-2000)  
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha (1997-1998)  
Des. Fco. Haroldo Rodrigues de Albuquerque (1995-1996)  
Des. José Maria de Melo (1993-1994)  
Des. Ernani Barreira Porto (1991-1992)

### CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**Presidente** - Des. Mário Parente Teófilo Neto  
**Membros** - Emilio de Medeiros Viana (Juiz), Francisco Biserril Azevedo de Queiroz (Juiz), Marcelo Roseno de Oliveira (Juiz), Edilson Baltazar Barreira Júnior (Servidor) e Flávio José Moreira Gonçalves (Servidor)

### COMISSÕES PERMANENTES

**Avaliação de Magistrados (CPAM)** - Des. Mário Parente Teófilo Neto (Presidente), Des. Washington Luis Bezerra de Araújo, Juiz Emilio de Medeiros Viana, Juiz Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho e Juiz Marcelo Roseno de Oliveira.

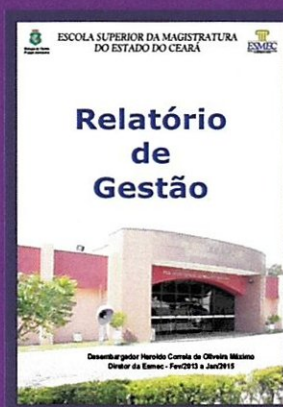
**Avaliação Institucional (CPAI)** - Maria de Fátima Neves da Silva (Presidente), Edilson Baltazar Barreira Júnior, Flávio José Moreira Gonçalves e José de Anchieta Silveira.

### CORPO FUNCIONAL

**Secretária Executiva** - Euwláudia de Figueiredo F. Sampaio Cunha  
**Assessor Pedagógico** - Flávio José Moreira Gonçalves  
**Diretora da Divisão de Programação e Controle** - Lara Coe Mota  
**Chefe do Serviço de Acompanhamento e Avaliação** - Jucélia Bento de Castro  
**Chefe do Serviço de Programação de Cursos** - Paulo Ferreira Rabelo  
**Chefe do Serviço de Administração de Apoio** - Humberto Wanderley de Carvalho  
**Analista Judiciário** - Maria de Fátima Neves da Silva  
**Bibliotecária** - Maria do Socorro Castro Martins  
**Técnico Judiciário** - José de Anchieta Silveira  
**Administrador** - Robério Souza Ramos  
**Supervisoras** - Maria do Socorro Guimarães Ribeiro Cunha e Rosângela Maria Evangelista de Melo  
**Auxiliar Administrativa** - Débora Vasconcelos Rodrigues Paz  
**Telefonista** - Rose Cely de Sousa  
**Limpeza/copa** - Carlos Alberto Nascimento, Francisco Alves Sobrinho, Gessina Célia do Nascimento, Josefa de Fátima Sousa dos Santos, Maria Joana D'Arc R. Alexandre e Maria Márcia Barbosa dos Santos Freire  
**Jardineiro** - Luiz Carlos Maia Germano  
**Eletricista** - Manoel Lima de Sousa  
**Motorista** - Antonio Oliveira Filho  
**Estagiários** - Amélia Kátia Torres Camelo, Anne Caroline Oliveira Ferreira, Francisca Rafaela de Pinho, Israel Pereira de Souza, Josymara Barbosa Barreto e Ricardo Júnior da Costa Farias Gomes

# Sumário

Apresentação .....	03
Curso de Formação .....	04
Cursos de aperfeiçoamento .....	07
Pós-graduação .....	12
Seminários, palestras etc.....	14
Arte e cultura .....	17
Interiorização e EaD .....	18
Revistas científicas .....	19
Autonomia financeira .....	20
Biblioteca .....	20
Responsabilidade socioambiental .....	21
Participação em eventos nacionais ...	22
Modernização física e tecnológica ...	24
Parcerias interinstitucionais .....	25
Convênios de Cooperação .....	26
Lançamento de livros e revista .....	27
Comunicação institucional .....	28
Normas editadas no biênio .....	29
Apêndice - Discurso de posse .....	31



## Expediente

**Coordenação e Edição:**

**Anchieta Silveira**  
(DRT 0756 JP/CE)

**Impressão:**

**Depto. Editorial**  
**Gráfico do TJCE**

# Apresentação

**A**ssumimos a Direção da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) no dia 05/02/2013 prometendo aprimorar os seus objetivos institucionais, sobretudo no tocante à formação e ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário estadual. Pelos números coletados no biênio e pelas atividades descritas ao longo deste Relatório, acreditamos que a missão foi cumprida. Em alguns casos até, ultrapassamos metas e inovamos nas práticas pedagógicas.

Realizamos o IV Curso de Formação Inicial para Juizes Substitutos, que teve um número recorde de 45 magistrados inscritos. Em relação à turma anterior, dobramos a carga horária do Curso e inovamos ao designar juizes de Direito formadores, com conhecimento das várias áreas do Direito, para acompanhar a atividade prática daqueles magistrados nas comarcas. Os módulos (teóricos e presenciais) tiveram também o caráter de minicursos, todos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), abertos inclusive a juizes já vitaliciados.

Trouxemos ao auditório da Escola convidados de renome nacional e até internacional, com públicos recordes, como nas palestras do escritor Ariano Suassuna, do jurista português Jorge Miranda e do psiquiatra Augusto Cury, dentre outros.

Além de concorridas palestras, congressos, seminários, lançamento de livros e outros eventos realizados no Auditório da Esmec, ofertamos vários cursos presenciais de curta duração, a maior parte credenciada pela Enfam, quando foram debatidos temas atuais e de suma importância para os profissionais do Direito, tais como: Gestão de Pessoas e Processos, Seguro Dpvt, Dosimetria da Pena, Improbidade Administrativa, Direito da Infância e da Família, Adoção, Direito Registral e Imobiliário, novo CPC, Mediação e Solução de Conflitos, dentre outros. Ampliamos também a oferta de cursos a distância (EaD), a partir do ambiente *moodle* do TJCE.

Fizemos o lançamento de dois livros organizados por professores e alunos da Esmec. Regularizamos a circulação da Revista Themis. Ampliamos o acervo da Biblioteca da Escola.

Na parte de infraestrutura, fizemos reformas no prédio, adquirimos novos móveis e equipamentos, com destaque para a modernização na área de Tecnologia da

Informação (novos computadores, notebooks, no-breaks, rack e cabeamento).

A preocupação com as questões socioambientais foi também outra marca de nossa administração. Fizemos parcerias com os moradores do entorno da Escola, sobretudo a comunidade carente do Dendê, para a qual ofertamos cursos profissionalizantes, em parceria, e promovemos a doação de alimentos não perecíveis (sobretudo leite em pó) e produtos para reciclagem (jornais, garrafa pet etc.). Também tivemos significativas reduções no consumo de papel ofício e copos descartáveis, além de encaminhamos à Presidência do TJCE projeto de cobertura verde para o muro da Esmec.

Retomamos a política de interiorização das atividades da Escola, com a criação dos Polos de Aprendizagem de Crato, Iguatu, Sobral e Crateús, todos com seus Juizes Coordenadores já devidamente nomeados. A assinatura de convênio com a Urca foi também de grande importância para a Esmec, pois beneficiará todos os magistrados e servidores do Judiciário da região do Cariri.

Assinamos também Convênios de Cooperação Técnica com a Escola Nacional da Magistratura, a Associação Cearense de Magistrados, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a Rede de Escolas de Governo, com o intuito de ampliar a oferta de cursos em diversas áreas, favorecendo professores, alunos e funcionários da Esmec.

Dos objetivos que tínhamos em mente ao assumirmos a Escola da Magistratura, talvez o único que não pudemos cumprir foi a abertura de novas turmas nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, não por decisão nossa, mas por injunções externas que desaconselharam a publicação de edital para seleção de alunos.

A oferta de tais cursos foi adiada em face da exigência, após a independência financeira das Escolas da Magistratura, imposta pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no sentido de que a oferta, por parte de uma Escola de Governo, de cursos de pós-graduação *lato sensu*, para o público externo e dele cobrar, ficará condicionada à existência de Lei que a autorize. Nesse sentido, a Esmec encaminhou Projeto de Lei ao TJCE, para posterior envio à Assembleia Legislativa.

Há também uma ação no Supremo Tribunal Federal questionando a legalidade



de instituições públicas de ensino de pós-graduação cobrarem mensalidades de alunos.

Outro fator, talvez o mais significativo, que inviabilizou a oferta de novas turmas de pós-graduação na Esmec, no momento, diz respeito à intenção do CNE de definir o marco regulatório para os cursos de Especialização e MBA.

Se por um lado tivemos esses entraves regulatórios externos, por outro acreditamos que a regulamentação nacional das Especializações permitirá à Esmec ofertar cursos, de reconhecida excelência acadêmica, sem percalços, contribuindo para o aperfeiçoamento intelectual de magistrados e servidores da Justiça estadual.

Ressalte-se que a Esmec já possui, do Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE), o credenciamento para ministrar cursos de Especialização até 2017, conquista que foi concretizada em nossa gestão. Nós também já definimos, conforme decisão do nosso Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), que as próximas turmas dos cursos de pós-graduação *lato sensu* serão nas áreas de Direito Constitucional (Turma VIII), Processo Civil e Gestão do Processo (Turma IV), Direito e Processo Eleitoral (Turma V) e Processo Penal (Turma III).

Ao concluir esta apresentação, gostaríamos de agradecer à Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará, por ter nos confiado a Direção da Esmec e pelo apoio que nos foi dado no biênio; ao Doutor Antonio Carlos Klein, diligente Juiz Coordenador desta Escola; aos assessores e demais funcionários da Instituição, pela presteza e o zelo com que desempenharam as suas funções; aos magistrados que, conforme mostram as estatísticas, compareceram em quantidade recorde aos nossos cursos; aos professores e palestrantes que partilharam conosco os seus conhecimentos; ao grande número de alunos (razão de ser de qualquer instituição educacional) que frequentaram nossos cursos e prestigiaram os eventos promovidos pela Esmec; enfim, a todos aqueles que acreditaram em nossa gestão.

Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo  
Diretor da Esmec

No biênio 2013/2015 a Esmec, necessariamente, ofertará Curso de Formação para novos juizes. (...) Há, ainda, magistrados egressos do último concurso que não se submeteram ao curso de formação inicial, condição absolutamente indispensável à obtenção da garantia constitucional da vitaliciedade. (\*)

# Curso de Formação



## Quarta edição tem número recorde de juizes

A carência de juizes nas comarcas do interior do Estado e um subsequente ano eleitoral tornaram-se os maiores obstáculos para a realização do IV Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos, porém, sem prejuízo para a prestação jurisdicional, a solução foi encontrada.

### Credenciamento

Imprescindível e inadiável, mormente para doze juizes aprovados no penúltimo concurso (2006), quatro dos quais com mais de dois anos de judicatura e, portanto, habilitados para o vitaliciamento, o IV Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos foi iniciado em agosto de 2013 e encerrado oficialmente em 27/06/2014.

O plano do Curso - elaborado com inovações que viabilizaram sua realização, inobstante os obstáculos considerados - foi apresentado aos Desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), no dia 19/09/2013, e aprovado por unanimidade. O seu regulamento foi publicado em 11/09/2013, no Diário da Justiça.

O Curso foi credenciado em abril de 2013 pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Ministro Sálvio de Figueiredo (Enfam), através da Portaria nº 92/2013; e revalidado pela mesma Instituição em maio de 2014, conforme Portaria nº 024/2014, publicada no Diário da Justiça da União do dia 05/05/14.

O Curso de Formação é uma etapa obrigatória do processo de vitaliciamento de magistrados, conforme preceitua o art. 93, IV, da Constituição Federal; o art. 157 do Código de Organização Judiciária do Ceará (Lei estadual nº 12.342/94) e atos normativos editados pela Enfam.

### Recordes de inscritos e horas-aula

Das quatro edições do Curso de Formação ofertadas pela Esmec, esta última foi a que teve o maior número de inscritos: um total de 45 juizes substitutos. Outro dado importante: a carga horária foi duplicada: passou de 240 h/a (III Curso de Formação) para 480 h/a, das quais 100h foram de disciplinas teóricas a distância (EaD), 180h de disciplinas teórico-presenciais na Esmec e 200h de prática judicial.

Em relação aos três cursos formativos ofertados em gestões anteriores, o IV Curso inovou ao se voltar mais para a prática da atividade judicante e a estudos de caso.

Todos os módulos presenciais e *on line* do IV Curso valerem também como minicursos, devidamente credenciados pela Enfam. Quando reofertados, estes foram abertos também aos magistrados já vitaliciados, interessados em reciclar seus conhecimentos.

(\*) A partir desta página, serão destacados alguns trechos do discurso do Des. Haroldo Máximo, por ocasião de sua posse (realizada em 05/02/2013) como Diretor da Esmec, os quais virão no início de tópicos que integram este Relatório. Ao lado dos trechos selecionados, será mostrada a realização dos compromissos assumidos.

### Juizes Substitutos inscritos nos cursos de formação inicial

Curso (edição)	Período de realização	Nº de juizes inscritos
IV	2013-2014	45
III	2009 - 2010	23
II	2007 - 2008	33
I	2005 - 2006	34

## Prática judicial

Na terceira etapa do IV Curso de Formação (Prática Judicial), os juízes foram avaliados tanto pela Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação como por juízes formadores, já vitaliciados e com mais experiência nas várias áreas do Direito.

A Comissão Multidisciplinar (composta pelos magistrados Antonio Carlos Klein e Marcelo Roseno de Oliveira, e os servidores Flávio José Moreira Gonçalves e Maria de Fátima Neves da Silva) elaborou questionários e outros instrumentos avaliatórios – aplicados nas comarcas visitadas, no mês de junho de 2014 –, com os quais foram feitas a avaliação das atividades práticas de residência judicial, bem como a coleta de informações junto aos jurisdicionados. Os dados colhidos serviram de subsídio para se definir o nível de conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados substitutos, especialmente no que concerne à ética e idoneidade moral.

Os juízes de Direito formadores (Alúisio Gurgel do Amaral Júnior, Carlos Henrique Garcia de Oliveira, Luciana Teixeira de Souza, Marlúcia de Araújo Bezerra, Roberto Viana Diniz de Freitas, Sérgio Arruda Parente e Jorge Di Ciero Miranda) ficaram responsáveis por grupos de, em média, seis juízes vitaliciandos, e fizeram o acompanhamento do módulo prático *on line*, através de ambiente Moodle do TJCE, atuando como tutores.

Os juízes formadores trocaram experiências com os juízes alunos do IV Curso de Formação e aplicaram avaliações nas 8 áreas da Prática Judicial, de abril a junho de 2014.

## Reuniões

Para melhor condução do IV Curso, foram realizadas algumas reuniões na Esmec, sob a coordenação do Diretor da Escola, Des. Haroldo Máximo, nas seguintes datas:

- 17/10/2013 - Reunião dos juízes vitaliciandos com a Direção da Esmec, oportunidade em que os magistrados receberam importantes informações sobre o calendário de atividades do Curso.

- 21/03/2014 - Foram dadas explicações sobre o formato inovador do IV Curso (que constou de três etapas: aulas teóricas a distância, aulas presenciais na Esmec e o módulo prático) aos sete magistrados vitaliciandos que iriam acompanhar, a distância, os juízes substitutos na terceira e última etapa: prática judicial nas comarcas. O Des. Haroldo Máximo explicou que a avaliação seria feita no ambiente *on line* (EaD), em razão do período eleitoral, que tornaria inviável a vinda dos magistrados para a Capital.

- 11/04/2014 - Encontro com os juízes vitaliciandos e com os magistrados que atuaram como tutores no último módulo (prática judicial) do IV Curso de Formação. Foram também feitos esclarecimentos sobre as visitas que a Comissão Multidisciplinar faria às comarcas, de junho a agosto de 2014.

- 27/06/2014 - Solenidade de encerramento do IV Curso (ver foto abaixo), quando foram entregues os certificados de conclusão aos 41 juízes que integralizaram toda carga horária e participaram da residência judicial, até aquela data. Como alguns perderam módulos, os mesmos foram reofertados, e os certificados dos demais juízes foram entregues em data posterior.



## IV CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE JUÍZES SUBSTITUTOS (Disciplinas ofertadas – período de realização – quem ministrou – reoferta)

<b>Aulas e atividades virtuais - EaD</b>  <b>(100 h/a)</b>	<b>Improbidade Administrativa</b> (40 h/a) – Ministrado por tutores da Enfam, em seu ambiente virtual, de 12/08 a 02/09/2013, e no período de 25/04 a 25/05 de 2014. Os juizes que não fizeram o módulo pela Enfam realizaram, em agosto de 2014, um curso EaD ofertado pelo CNJ, de 30 h/a (com curso complementar de 10 h/a, realizado em 26/09/14, na Esmec.
	<b>Administração Judiciária</b> (40 h/a) – Realizado no ambiente virtual do Tribunal de Justiça do Ceará por tutores da Seplag/TJCE, de 23/09 a 01/11 de 2013, sendo reofertado no período de 10 a 28/02/2014.
	<b>Informática Aplicada à Jurisdição</b> (20 h/a) – Ministrado no ambiente virtual do TJCE, com tutores da Setin, entre 11 a 23/11/2013, sendo reofertado no período de 10 a 21 de março de 2014.
<b>Aulas teórico-presenciais</b>  <b>(180 h/a)</b>	<b>Relações Interpessoais e Interinstitucionais</b> (15 h/a) – O minicurso pôde ser suprido pelo comparecimento ao IV Encontro da Magistratura Cearense (realizado nos dias 17 e 18/10/2013). Módulo reofertado em 9 e 10/05/2014 e ministrado pela profa. Maria de Fátima Neves.
	<b>Deontologia e Formação Ética do Magistrado</b> (15 h/a) - Ministrado pelo Juiz Federal Danilo Fontenele Sampaio Cunha, nos dias 25 e 26/10/2013; e reofertado nos dias 4 e 5/04/2014), ministrado pelo prof. Emílio de Medeiros Viana, Juiz de Direito.
	<b>Técnicas de Tratamento Adequado de Conflitos: Mediação, conciliação e negociação</b> (15 h/a) – Ministrado nos dias 29 e 30/11/2013 pelo prof. Carlos Henrique Garcia Oliveira, Juiz de Direito. Quem perdeu o módulo pôde compensá-lo com o Seminário de Conciliação (dias 14 e 15/03/2014), ministrado pelos professores Natália Almino Gondim, Juiza de Direito, e Flávio Moreira Gonçalves. O minicurso foi reofertado nos dias 6 e 7/06/2014 e ministrado pelo prof. Carlos Henrique Garcia.
	<b>Impactos Sociais, Econômicos e Ambientais das Decisões Judiciais</b> (15h/a) – Ministrado dias 13 e 14/12/2013 pela profa. Joriza Magalhães Pinheiro, Juiza de Direito, com reoferta nos dias 23 e 24/05/2014.
	<b>Filosofia do Direito</b> (15 h/a) – Ministrado nos dias 20 e 21/12/2013 pelo prof. Flávio Moreira Gonçalves, e reofertado nos dias 16 e 17/05/2014, com aulas da profa. Ana Cristina Batista Luz.
	<b>Lógica e Argumentação Jurídica</b> (15 h/a) – Realizado nos dias 10 e 11/01/2014, com aulas do Prof. Rui Verlaine Oliveira Moreira. O minicurso foi reofertado nos dias 29 e 30/08/2014, com aulas do prof. Flávio José Moreira Gonçalves.
	<b>Psicologia Jurídica e Judiciária</b> (15 h/a) – Ministrado dias 17 e 18/01/2014, em forma de Seminário, com apresentação de filmes e debate com os profs. Victor Hugo, Magno Oliveira e Elton Gurgel; sendo reofertado dias 25 e 26/04/2014, com aulas ministradas pelo prof. Antonio Carlos Klein, Juiz de Direito.
	<b>Corregedoria de Justiça e Processo Administrativo Disciplinar</b> (15 h/a) – aulas nos dias 24 e 25/01/2014, com o prof. Marcelo Roseno de Oliveira, Juiz de Direito.
	<b>Sociologia do Direito e Antropologia Jurídica</b> (15h/a) – Ministrado nos dias 31/01 e 01/02 de 2014, pelo prof. Edilson Baltazar Barreira Júnior.
	<b>Novos Direitos e Alterações Legislativas: Revisão de Contrato Bancário, Dpvat e outros temas</b> (15 h/a) – Realizado nos dias 7 e 8/02/2014, com aulas do prof. Aluísio Gurgel do Amaral Júnior, Juiz de Direito.
	<b>O Judiciário e a duração razoável do processo</b> (15 h/a) - Ministrado dias 14 e 15/02/2014 pelo prof. Mário Parente Teófilo Neto, Desembargador; sendo reofertado dias 5 e 6/09/2014, com aulas do prof. Antonio Carlos Klein, Juiz de Direito.
<b>Jurisdição Eleitoral</b> (15 h/a) – Realizado nos dias 21 e 22/02/2014, no auditório da Esmec, sendo ministrado pelos prof. Edson de Resende Castro (Promotor de Justiça de MG), que foi apresentado pelo Des. Filgueira Mendes; com mesa redonda sobre Jurisdição (dia 22/02), que contou com a presença do Des. Haroldo Máximo.	
<b>Atividades práticas de residência judicial</b>  <b>(200 h/a)</b>	a) <b>Prática Forense Civil</b> (30 h/a) b) <b>Prática Forense na Fazenda Pública e Execução Fiscal</b> (30 h/a) c) <b>Prática Forense em Família e Sucessões</b> (30 h/a) d) <b>Prática Forense Criminal e Execução Penal</b> (30 h/a) e) <b>Residência em Juizados Especiais</b> (20 h/a) f) <b>Organização Judiciária do Ceará e Situações Práticas da Atividade Judicante</b> (10 a 20 h/a) g) <b>Residência em Infância e Juventude</b> (20 h/a) h) <b>Júri e Técnicas de Interrogatório</b> (20 h/a)

**CARGA HORÁRIA TOTAL DO IV CURSO DE FORMAÇÃO = 480 h/a**



A direção desta Escola doravante se empenhará na implementação das determinações da Resolução nº 1/2011, da Enfam, as quais estabelecem que os magistrados, para fins de promoção por merecimento, tenham cursado com êxito uma carga horária mínima de quarenta horas-aulas anuais em atividade de aperfeiçoamento oferecida pela Escola. A medida possibilitará o aumento imediato do número de magistrados frequentando as atividades oferecidas pela Esmec além da melhoria da qualidade da prestação jurisdicional.

# Cursos de aperfeiçoamento

## Participação de juízes tem aumento significativo

Na gestão do Des. Haroldo Máximo houve um aumento significativo de juízes nos cursos de aperfeiçoamento da Escola. Isso se deve em boa parte à ampliação da comunicação com os magistrados, através de várias ferramentas, bem como de uma assistência pedagógica mais efetiva junto a este público.

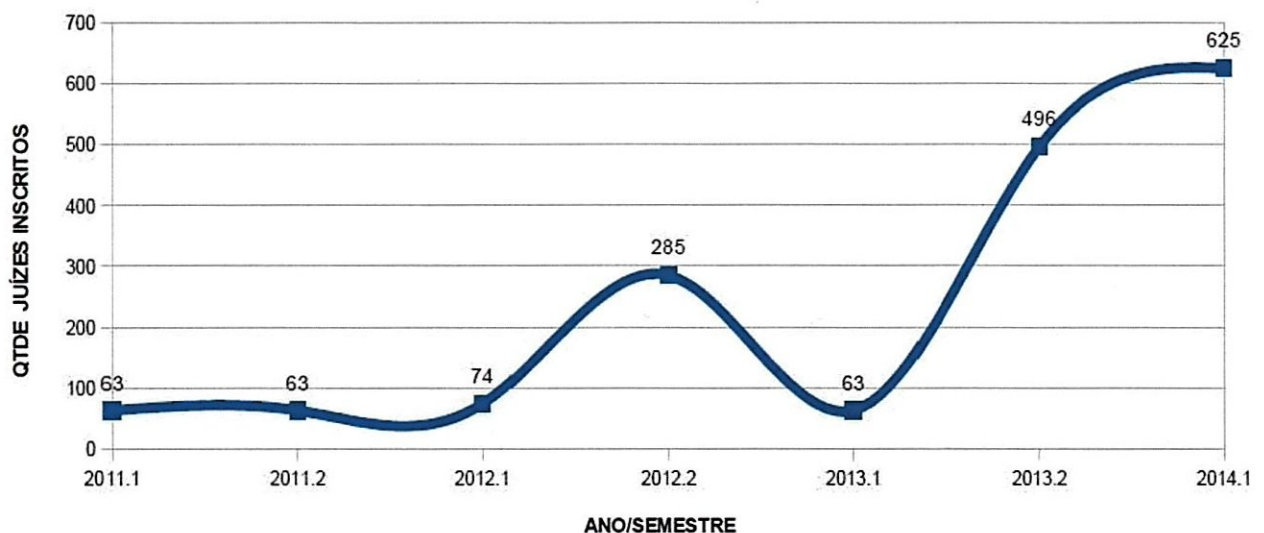
Dentre as ferramentas adotadas para fazer com que o magistrado participasse mais das atividades da Escola está o envio de mensagens (*Short Message Service* - SMS) para os celulares de juízes e desembargadores, fruto de uma parceria da Esmec com a Associação Cearense de Magistrados (ACM), informando sobre os eventos que seriam realizados e os convidando a participar. Esta sistemática

valeu como Boa Prática da Escola no primeiro semestre de 2014, para efeitos de Gratificação pelo Alcance de Metas (GAM), tendo sido publicada no Portal do Conhecimento do TJCE.

A prática exitosa chegou a ser apresentada pelo Juiz Coordenador da Esmec no Encontro dos Coordenadores Pedagógicos de Escolas de Magistratura, realizado pela Enfam, de 29 a 31/07/2014, sendo bastante elogiada na ocasião e objeto da curiosidade de outras escolas do País, também interessadas em ampliar a frequência aos seus cursos e fidelizar seu público-alvo.

Veja, abaixo, a evolução na frequência de magistrados aos cursos da Esmec.

QUANTIDADE DE JUÍZES INSCRITOS EM CURSOS POR SEMESTRE



QUANTITATIVO DE JUÍZES INSCRITOS EM CURSOS REALIZADOS NA ESMEC

Juizes inscritos e cursos realizados	Período (ano/semestre)						
	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1
<b>Juízes inscritos</b>	<b>63</b>	<b>63</b>	<b>74</b>	<b>285</b>	<b>63</b>	<b>496</b>	<b>625</b>
<b>Cursos ofertados (*)</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>23</b>

(\*) Cursos de Formação, Especialização e curta duração, promovidos pela Esmec ou realizados em parceria, destinados a magistrados, servidores e demais públicos.

*A administração de cursos obrigatórios de gestão jurisdicional, pelas escolas da magistratura, é portanto uma exigência que se impõe a todos nós dirigentes e da qual tenho plena convicção. (...) assumo igualmente o compromisso de priorizar, nesta Escola, gestões no sentido de que a educação voltada para a formação de juizes-gestores seja consolidada.*

## Cursos na área gerencial

### **Capacitação em Administração Judiciária**

- A gestão do Des. Haroldo Máximo foi iniciada, em fevereiro de 2013, com a boa notícia de que a Esmec havia cumprido 100% da Meta 08/2010 do CNJ, que trata da capacitação de Magistrados em Administração Judiciária, com um mínimo de 40 h/a. A Meta 08/2010 estava sob a responsabilidade da Esmec, conforme Portaria nº 757/2012 da Presidência do TJCE, publicada no Diário da Justiça de 11/05/2012, que designou o Diretor da Esmec como seu gestor. Pela determinação do Tribunal, cabia à Escola “estabelecer planos de ação e medidas destinadas ao cumprimento da Meta, visando a um melhor posicionamento deste Tribunal perante o cenário da Justiça brasileira”.

**Gestão de Pessoas: meio de alcance ao princípio da duração razoável do processo** (30 h/a) - Ministrado pelo juiz federal Danilo Fontenele Sampaio Cunha, nos dias 30 e 31/08/2013.

**Administração Judiciária** (40 h/a) – Ofertado em dois módulos: Gestão Estratégica de Processos, ministrado pelo

Prof. José Wilton Bessa Macêdo Sá, nos dias 07 e 14/06/2013; e Gestão Estratégica de Pessoas, com o Prof. José Joaquim Neto Cisne, nos dias 21 e 28/06/2013.

**Formação Básica do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP)** - Realizado de 25 a 29/08/2014 no TJCE, destinado a servidores do Judiciário e promovido pela Escola de Gestão Pública (EGP), em parceria com a Esmec. O Juiz Coordenador, Antonio Carlos Klein, entregou os certificados aos 29 servidores concludentes. Ministrou o curso a profa. Silvia Kataoka de Oliveira.

**Programa de Desenvolvimento de Lideranças** - Promovido e realizado na sede local da Receita Federal, entre maio e setembro de 2013. A Esmec selecionou magistrados estaduais para o curso, cujas vagas foram ofertadas à Escola pela Superintendência da Receita.

**Cursos sobre liderança e gestão** - Promovidos pelo Fórum Clóvis Beviláqua e realizados na Esmec (ver mais detalhes na página 11).

*Pretendemos ampliar o acesso de magistrados a cursos de mestrado e doutorado.*

## Curso preparatório para o Mestrado/Doutorado em Direito

A Esmec, em parceria com a Cathedra Cursos Jurídicos, do prof. Daniel Miranda, realizou em cada semestre da gestão do Des. Haroldo o curso preparatório ao processo seletivo do Mestrado e Doutorado em Direito da UFC e Unifor, sempre com a oferta de 60 vagas, sendo disponibilizadas 12 exclusivamente para magistrados da Justiça estadual.

Em administrações anteriores da Esmec era ofertada apenas uma turma por ano para o curso preparatório.

Nas três últimas edições do Mestrado em Direito da UFC, os alunos que fizeram o preparatório na Esmec obtiveram um expressivo percentual de aprovação. Das 25 vagas ofertadas para 2011, um total de 17 alunos aprovados no certame participou do curso realizado na Esmec (representando 68% de aprovação). Na edição de 2012, foram 16 cursistas aprovados (significando a conquista

de 64% das vagas). Em 2013, 16 alunos foram aprovados, mantendo o percentual do ano anterior.

Além da preparação específica para a pós-graduação *strictu sensu*, o curso tem gerado efeitos positivos na atuação dos profissionais que dele participam (magistrados, advogados, servidores do Judiciário e demais graduados em Direito), contribuindo para uma melhor aplicação dos institutos da Teoria Geral do Direito na vivência judiciária.

Disciplinas que são ministradas no curso preparatório: Hermenêutica Filosófica e Clássica, Hermenêutica Constitucional, Teoria dos Direitos Fundamentais, Direitos Fundamentais e Relações Privadas, Teoria da Constituição, Metodologia da Pesquisa e Projeto, Teoria da Democracia, Teoria Pura do Direito, Controle Jurisdicional de Políticas Públicas, Teoria da Norma Jurídica e Teoria Geral do Direito.

*A Esmec deverá ampliar a oferta permanente de cursos de curta duração, devidamente credenciados.*

## Cursos diversos de curta duração

Os cursos de aperfeiçoamento realizados no biênio, ministrados de forma isolada pela Esmec ou em parceria, procuraram atender às necessidades dos magistrados estaduais, os quais, em consulta realizada em parceria com a Associação Cearense de Magistrados (ACM), no período de 27/03 a 12/04 de 2013, elencaram uma série de cursos de curta duração que gostariam de ver ofertados pela Escola da Magistratura.

Além das sugestões de cursos, eles opinaram sobre a modalidade: 41% disseram preferir presenciais, 30% preferiram *on line* (Ensino a Distância) e 29% optaram por cursos semipresenciais.

Os 10 cursos de curta duração que tiveram

mais votos foram (pela ordem): Novo Processo Civil, Dosimetria da Pena e Alternativas Penais, Direito de Família, Fazenda Pública em Juízo, Sistema de Justiça Criminal e Execução Penal, Diplomacia para Magistrados, Crime Organizado e Medidas Processuais Penais Contemporâneas, Administração Judiciária, Psicologia Jurídica e Técnicas de Tratamento Adequado de Conflitos.

A seguir um resumo dos cursos realizados na Esmec, em sua sede na Capital e no Polo de Aprendizagem de Crato, no período 2013/2014, dos mais recentes para os mais antigos.

### 2014

**Formação de Formadores** - Curso da Enfam realizado na Esmec de 15 a 17/12/2014. Os professores, dentre eles o juiz Roberto Bacellar (ex-presidente da Escola Nacional da Magistratura), foram todos indicados pela Enfam.

**Dosimetria da Pena e Alternativas Penais** (40 h/a) - Ministrado pelos professores Haroldo Correia de Oliveira Máximo (Desembargador Diretor da Esmec) e Renato Veloso (Juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Crato), nos dias 05, 06, 12 e 13 de dezembro de 2014, em Crato, promovido pelo Polo de Aprendizagem da Esmec naquela cidade.

**O Novo Processo Civil Brasileiro** - A Esmec realiza o curso, em parceria com o professor Daniel Miranda, no período de 09/08/2014 a 23/05/2015. A aula inaugural deu-se em 07/08/2014, no auditório da Escola, com palestra do prof. Leonardo Carneiro da Cunha, Procurador do Estado de Pernambuco, que falou sobre os princípios fundamentais do novo CPC. O curso está dividido em módulos, que valem como minicursos credenciados pela Enfam.

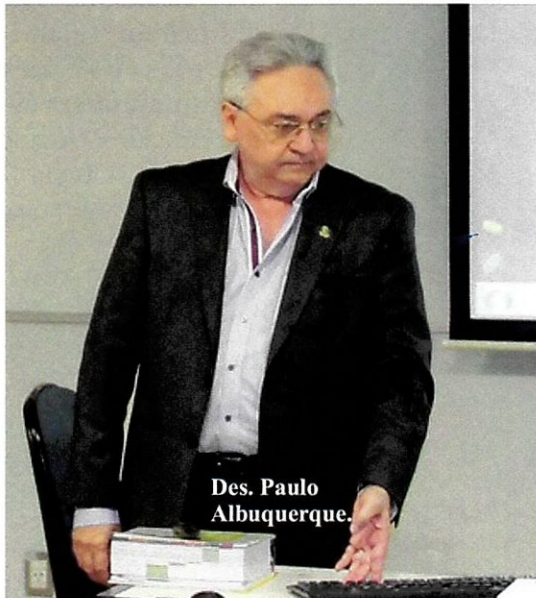


**Direito Registral Imobiliário e Notarial - Registro Público** (40 h/a) - Ministrado nos dias 12 e 13/09/2014 (Módulo I - pelo Des. Paulo Airton Albuquerque Filho) e 19 e 20/09/2014 (Módulo II - com o notário Alexandre Machado).

**Dosimetria da Pena e Alternativas Penais** (40 h/a) - Ministrado pelos professores Antonio Carlos Largura e Haroldo Máximo (Desembargador Diretor da Esmec), nos dias 01, 02, 08 e 09 de agosto de 2014.

**Latim Jurídico** (15 h/a) - Ministrado pelo professor Antonio Carlos Campolina, um dos maiores estudiosos brasileiros neste idioma, em duas oportunidades: de 4 a 7/03/2013, e de 5 a 8/05/2014.

**Mandado de Segurança** (15 h/a) - Ministrado pelo prof. Alexandre Freitas Câmara, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, nos dias 11 e 12/04/2014, numa parceria Esmec/ Instituto Jurisdicção.



**Guarda no Direito de Família (30 h/a)** - Com o professor Rodrigo da Cunha Pereira, destinado a juizes da área de Família. Realizado em 04/04/2014.

**Direito de Família: Temas Atuais** - Realizado nos dias 21, 22, 28 e 29/03/2014, no auditório da Esmec. O curso, uma parceria da Esmec com a Fundação Escola Superior de Advocacia do Estado do Ceará (Fesac-OAB/CE), foi ministrado pela professora Hérica Janayna Bezerra de Menezes Marques.

**Júri e Técnicas de Interrogatório (15 h/a)** - Ministrado nos dias 14 e 15/03/2014, pelo Juiz Coordenador da Esmec, Antonio Carlos Klein.

**Xadrez** - Realizado ao longo de 8 sábados, com início em 15/03/2014, ministrado pelo professor Luiz Fernando Barros, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível de Fortaleza. Curso destinado a magistrados e servidores da Justiça estadual, e aos filhos destes.

**Adoção, Medidas Protetivas e Responsabilidade Parental (15 h/a)** - Ministrado no dia 13/03/2014, pelo promotor de justiça Sávio Bittencourt (RJ) e outros convidados.

## 2013

**Direito da Infância e Juventude (20 h/a)**, com a temática “Sistema judicial e a proteção dos direitos da criança” - Realizado nos dias 12 e 13/12/2013, com palestra inicial a cargo do juiz aposentado João Batista Costa Saraiva,



referência nacional e internacional em Direito da Infância e da Adolescência por sua larga experiência na área e atuação efetiva, entre outros, como consultor para o Unicef.

**O Novo Processo Civil (20 h/a)** - Ministrado pelo juiz Mantovanni Colares Cavalcante, de 7 a 9/11/2013.

**Improbidade Administrativa (12 h/a)** - Realizado nos dias 14 e 15/06/2013, em parceria com o Instituto de Aprimoramento do Conhecimento Jurídico (Jurisdiction), ministrado pelo prof. Rodrigo Telles de Souza, Procurador da República no Rio Grande do Norte,

**Cursos de Mediação e Conciliação (organizados pelo Nupemec/TJCE)** - Dividido em três etapas (aulas a distância, aulas presenciais na Esmec e estágio supervisionado), o curso teve, entre os instrutores das aulas presenciais, o prof. Flávio José Moreira Gonçalves (Assessor Pedagógico da Esmec). As aulas presenciais foram realizadas na Esmec, nos seguintes períodos e para as seguintes turmas:

- Para servidores e voluntários do Judiciário cearense (aulas teóricas às terças, quartas e quintas-feiras, de 8 às 12 horas e carga horária 40 h/a); Turma III - de 15/01 a 21/02 de 2013; Turma IV - de 05/06 a 05/07 de 2013; Turma V - de 12/08 a 13/09 de 2013.

- Para servidores e terceirizados da Justiça estadual (120 vagas, carga horária de 10 h/a); Turma I, de 5 a 7/05/2014; e Turma II, no dia 07/11/2014.

- Para titulares e prepostos das Serventias Extrajudiciais: Turma I - 16 a 18/09/2013; Turma II - 23 a 25/09/2013; Turma III - 30/10 a 01/11 de 2013; Turma IV - 29 a 31/10/2014; e Turma V - 3 a 5/11/2014. Obs.: As turmas IV e V se destinaram, além dos titulares e prepostos das serventias extrajudiciais, aos servidores e terceirizados lotados nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza-CE.

**Cursos organizados pelo Fórum Clóvis Beviláqua** - A Esmec sediou e deu total apoio aos seguintes cursos:

- Excelência em Gestão Pública - de 26/03 a 01/04 de 2014, destinado a servidores do Fórum e ministrado pela profa. Sandra de Souza.

- Capacitação sobre Conciliação - realizada nos dias 10,12,17 e 19/09/2013, reunindo cerca de 20 servidores do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania, com organização da juíza de Direito Natália Almino Gondim, coordenadora do Centro.

- Simplificação de Processos - de 7 a 11/10/2013, destinado a servidores de áreas administrativas do Fórum e ministrado pela professora Maria Socorro de Lima Simões.

- Capacitação sobre liderança e gestão - realizados sete módulos na Esmec, entre 06/05 e 10/06 de 2013, destinados a diretores de Secretarias de Varas do Fórum e dos Juizados Especiais.

- Gestão de Projetos - de 21 a 23/10/2013, destinado a gestores do Fórum e ministrado por Michel Araújo Jucá.

**Curso de capacitação para Agentes de Proteção** – Os 200 aprovados fizeram o curso no dia 14/05/2013 na Esmec; e outros 116 (cadastro de reserva), no dia 06/12/2013. Neste curso, a profa. Maria de Fátima Neves da Silva, pedagoga da Esmec, discorreu sobre o tema Relacionamento Interpessoal. Os candidatos a Agente de Proteção Voluntário da Infância e da Juventude de Fortaleza fizeram prova escrita na Esmec, no dia 30/04/2013, e atuaram sobretudo nos jogos das Copas das Confederações e do Mundo.

**Treinamento para profissionais que atuaram na Copa das Confederações** -

Com as presenças do Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, e do Des. Haroldo Máximo, foi aberto no dia 07/05/2013 o treinamento para agentes que atuaram na Copa das Confederações, que prosseguiu até



Relatório de Gestão - Esmec 2013 - L. 2015

08/05/2013. O evento teve apoio do CNJ e Nupemec/TJCE. Ao todo, 150 pessoas participaram da capacitação, entre juízes, servidores do TJCE, conciliadores, promotores de justiça e defensores públicos.

**Cursos promovidos pela Associação Cearense de Magistrados (ACM)**

- O Magistrado e a Construção de Modelos para o Aprimoramento da Cidadania e Conscientização da População (16 h/a) - Realizado nos dias 21 e 22/08/2014, numa parceria da ACM com a Escola Nacional de Magistratura. O objetivo foi preparar os juízes para a implantação, em escolas públicas, do Projeto Judiciário e Cidadania, que busca aumentar a aproximação entre Judiciário e sociedade.

- Media Training - Ofertado nos dias 3 e 4/08/2013 para duas turmas de magistrados. Atuou como facilitadora a professora e jornalista Maria Ferri.

**Tribunal Regional Eleitoral** – O TRE/CE realizou no auditório da Esmec treinamentos, com vistas às Eleições de 2014 para Promotores de Justiça da Capital e Interior (dia 20/10/2014), para mesários das seções de votação (18 e 19/08/2014) e com juízes e servidores das zonas eleitorais (01/07/14). Nos dias 27 e 28/11/2014, o TRE reuniu chefes de cartórios e servidores das 123 Zonas Eleitorais, para um balanço das Eleições.

**Oficina de Revisão do Planejamento Estratégico do TCE (2010-2015)** - Realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) nos dias 21 e 22/11/2013, no auditório da Esmec.



Treinamento para a Copa das Confederações.



Curso Mandado de Segurança

*Pretendemos finalizar o processo do seu [da Esmec] credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação.*

# Pós-graduação

## Esmec pode ofertar cursos de Especialização até 31/12/2017

A Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) obteve, na gestão do Des. Haroldo Máximo, o credenciamento para ministrar cursos de pós-graduação *lato sensu* (Especialização) até 31 de dezembro de 2017, conforme Parecer nº 1678/2013 do Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE), publicado na edição de 27/08/13 do Diário Oficial do Estado. O credenciamento original havia expirado em 31/12/2012.

Desde o início de 2013 havia sido solicitado ao Conselho o credenciamento da Escola, tendo sido enviada ao CEE uma vasta documentação, versando sobre as atividades acadêmico-pedagógicas e as melhorias físicas da Esmec.

Durante o processo de credenciamento, o Des. Haroldo Máximo recebeu, no dia 22/02/2013, a visita do Prof. Dr. Francisco Régis Frota Araújo, indicado pelo CEE para dar o parecer técnico sobre as instalações e o funcionamento da Esmec.

## Razões da suspensão temporária da oferta de novas turmas

Na gestão do Des. Haroldo Máximo não foi possível abrir novas turmas dos cursos de Especialização, por motivos alheios à vontade do Magistrado.

A oferta de tais cursos foi adiada em face da exigência, após a independência financeira das Escolas da Magistratura, imposta pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no sentido de que a oferta, por uma Escola de Governo, de cursos de pós-graduação *lato sensu*, para o público externo e dele cobrar, ficará condicionada à existência de Lei que a autorize. Nesse sentido, a Esmec encaminhou Projeto de Lei ao Tribunal de Justiça com esse

objetivo, para posterior envio à Assembleia Legislativa.

Some-se a isso os seguintes fatores:

I) Falta de clareza sobre se a Esmec poderia ofertar os cursos de pós-graduação *lato sensu*, devido a notas técnicas do Ministério da Educação (MEC), datadas de 21/06/2013 (Nota Técnica nº 388/2013-CGLNRS/DPR/SERES/MEC e Nota Técnica nº 386/2013/CGLNRS/DPR/SERES/MEC), as quais fazem referência a outros normativos da Pasta, o que levou a Escola, por medida de prudência, a realizar uma consulta oficial para saber se, realmente, poderia continuar ofertando cursos.

II) Ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a cobrança de mensalidades, por parte de instituições públicas, em cursos de pós-graduação, como no caso das escolas de governo. A Esmec vinha efetuando essa cobrança de alunos não magistrados, sendo que servidores do Judiciário tinham descontos de até 50%.

III) O CNE vem discutindo o Marco Regulatório das Especializações e MBA (que atingirá, inclusive, as escolas governamentais, como é o caso da Esmec) através de audiências públicas e outros fóruns de discussão. Tão logo seja aprovada a regulamentação, a Esmec voltará a selecionar novas turmas de seus cursos de Especialização.

A Escola já definiu as turmas de Especialização que serão abertas futuramente decisão tomada pelo seu Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe), em reunião realizada em 01/04/2013: Direito Constitucional (Turma VIII), Processo Civil e Gestão do Processo (Turma IV), Direito e Processo Eleitoral (Turma V) e Processo Penal (Turma III).



Des. Haroldo e Prof. Régis Frota.



Reunião do Cepe de 01/04/13.

## Trabalhos monográficos

A administração da Esmec no biênio deu total apoio pedagógico aos alunos das últimas turmas de seus cursos de pós-graduação *lato sensu*, tanto no que diz respeito à oferta de eventos válidos pela disciplina Seminários Especiais, que vários alunos estavam devendo, como no acompanhamento pedagógico e na indicação de orientadores para a confecção e defesa de monografias.

Em relação a trabalhos monográficos, houve um número significativo de defesas na gestão do Des. Haroldo Máximo (veja quadro comparativo ao lado). Os títulos das 58 monografias defendidas no período (com as respectivas datas de defesa) podem ser conferidos logo abaixo.

## Monografias defendidas nos cursos de Especialização da Esmec

Gestão	Defesas
Fev/2013 - dez/2014	58
Jul/2010 - jan/2013	38
Fev/2009 - jun/2010	20
2007 - 2008	80
<b>Total</b>	<b>196</b>

## Monografias defendidas durante a gestão do Des. Haroldo Máximo

### 25/02/2014

- Mediação: meio de resolução adequado de conflitos e sua abordagem no projeto do código de processo civil
- Relativização da coisa julgada
- Aspectos processuais da guarda compartilhada
- Aspectos acerca da incidência do IPI e do ICMS na importação de bens do exterior por pessoa física domiciliada no Brasil: uma interpretação dos artigos 153, § 3º II e 155, § 2º I, da C.F/88
- Controle Judicial de Política Pública
- Desobediência civil e ordem jurídica constitucional: reconfiguração determinada pelo novo ambiente da informação tecnológica
- Aspectos da inelegibilidade com ênfase nas inovações e repercussões advindas da aprovação de lei complementar nº 135/2010 (lei da ficha limpa)
- Considerações acerca da lei da ficha limpa sob a perspectiva do Princípio da Presunção de Inocência
- O modelo Brasileiro de financiamento de campanhas eleitorais e sua repercussão no equilíbrio entre candidatos em disputa
- As medidas socioeducativas e sua eficácia após a implementação do Sistema Nacional Socioeducativa
- A viabilidade da justiça restaurativa no Brasil e os benefícios para envolvidos
- Gestão da zona costeira no Brasil: abordagem Legal e Contradição
- Pregão eletrônico e sistema de registro de preços como ferramentas de gestão pública
- Crime organizado no Brasil: problemática na realidade jurídica brasileira
- O superendividamento do consumidor: causas, consequências e papel dos juizados especiais na recuperação do consumidor

### 24/02/2014

- Impugnação de registro de candidatura com base na rejeição de contas públicas prevista na lei complementar 135/2010- lei da ficha limpa
- A ideia de razoável duração no processo penal brasileiro: é possível estabelecer um prazo objetivo para a ação penal
- O instituto da mediação e sua aplicabilidade no âmbito do Estado do Ceará, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça
- A iniciativa popular em matéria eleitoral e o estado democrático de direito sob à luz da constituição de 1988
- A importância do depoimento sem dano na apuração dos crimes sexuais contra a criança e o adolescente
- Relação entre o princípio da eficiência e o da razoável duração do processo no âmbito da reforma do Judiciário
- Os direitos das pessoas com deficiência na

### Constituição Federal

- Inelegibilidade decorrente da rejeição de contas públicas

### 21/02/2014

- Legitimidade da Lei da Ficha Limpa no Brasil
- Provas no Processo Penal
- Delação Premiada: estudo comparativo
- Direito ao Esquecimento versus Liberdade de Informação e de Expressão. A tutela de um direito constitucional da personalidade em face de uma sociedade da informação
- Aborto e Colisão de Direitos Fundamentais
- Meios de impugnação à coisa julgada inconstitucional
- O novo código de Processo Civil e as inovações no Processo Cautelar

### 20/02/2014 - O pregão presencial em processos licitatórios na Prefeitura Municipal de Fortaleza

### 19/02/14 - Prisão civil por dívida alimentar: aspectos constitucionais e processuais

### 17/02/14 - Aplicação do princípio da proporcionalidade nas sanções disciplinares da lei 8.112/90

### 14/02/14 - Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Ordenamento Jurídico Brasileiro e a Primazia da Norma mais Favorável ao ser Humano

### 11/02/14 - Abordagem da súmula vinculante que disciplinou o uso de algemas e seus efeitos cinco anos após sua vigência

### 10/02/14 - A coisa julgada e ação rescisória à luz da súmula 343 do STF

### 04/02/2014

- Métodos de tratamento adequados de conflitos no Poder Judiciário
- Uma análise constitucional: a família e a síndrome da alienação parental

### 21/01/2014 - Tribunal do Júri: Características e Nulidades

### 16/01/2014 - A inelegibilidade e improbidade administrativa à luz das decisões emanadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará – TCM

### 10/01/2014 - Eficácia da justiça terapêutica no enfrentamento do binômio droga-crime: uma investigação a partir da experiência do núcleo de justiça terapêutica do Ceará

### 06/12/2013 - Análise da Lei 12.830/13: repercussões na investigação crimina

### 04/12/2013

- A concessão das liminares no processo eleitoral: o conflito entre o respeito à fumaça do bom direito e ao perigo da demora e a preservação da legitimidade das eleições.
- A importância do domicílio na legitimidade do processo eleitoral: análise, inadequações e possíveis distorções no cadastro eleitoral

### 28/11/2013 - A (des)necessidade da presença do advogado no processo administrativo disciplinar: aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais

### 25/11/2013 - Financiamento de Campanhas Eleitorais em face do princípio da igualdade de oportunidades

### 20/11/2013

- Investigação criminal e a nova lei dos Delegados de Polícia – Lei 12.830/2013
- Tutelas de Urgência: Análise das Tutelas Emergências no Novo Código de Processo Civil

### 14/11/2013 - Hierarquia normativa e o princípio tutelar: o critério da favorabilidade e o controle de constitucionalidade

### 13/11/2013 - O Avanço no Combate à Impunidade Parlamentar no Brasil

### 11/11/2013 - A constitucionalidade das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras: análise do julgado do Supremo Tribunal Federal na ADPF 186/DF

### 08/11/2013 - O Poder de investigação direta pelo Ministério Público

### 21/10/2013

- Aspectos Importantes do Processo de Desapropriação de Imóveis por Utilidade Pública Previsto no Decreto Lei nº 3305/1941
- A Relação entre o Prequestionamento e os Embargos de Declaração: os Entendimentos dos Tribunais Superiores

### 30/09/2013 - Ação Civil Pública e o estudo das ocupações (ir)regulares na faixa da Praia do Futuro

### 17/09/2013 - A memória cultural como direito fundamental

### 29/07/2013 - O Mandado de Injunção e a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

### 20/06/2013 - Mediação de Conflitos no Âmbito da Defensoria Pública

**II Seminário Internacional de Direitos da Mulher** - Tendo como tema “A mulher na construção da paz”, o evento foi realizado nos dias 26 e 27/09/2013, no auditório da Esmec, numa iniciativa da Secretaria de Assuntos da Mulher Magistrada da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), à frente a Des. Sérgia Maria Mendonça Miranda, que presidiu o Seminário. Além das palestras, o evento contou com uma apresentação do Maracatu Rei de Paus e com um pronunciamento do Des. Néelson Calandra, Presidente da AMB. Expositores estrangeiros: Maria Isabel Alves, Artista de Cabo Verde; Maritza Suntura Juaniquina, Ministra do Tribunal Supremo de Justiça da Bolívia; Kátia Miguelina Jiménez Martínez, Juíza da República Dominicana; e Joan Winship, da International Association Of Woman Judges (IAWJ).

**Comemoração dos 14 anos da 3ª Companhia de Guarda do TJCE** - Solenidade realizada no dia 27/08/2013, no auditório da Esmec, presidida pelo Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido, Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Na oportunidade, foi entregue o título de “amigo da organização policial militar” a 25 autoridades, dentre magistrados, militares, políticos, promotor de justiça, assessores e servidores do TJCE. O Des. Haroldo Máximo prestigiou o evento.

**IV Seminário Latino-Americano de Direitos Humanos** - Realizado de 28 a 31/08/2013, na Universidade de Fortaleza (Unifor), teve a participação dos professores da Esmec Flávio José Moreira Gonçalves e Edilson Baltazar Barreira Júnior.

**Judicialização do Direito à Saúde Suplementar** - Seminário realizado no dia 28/06/2013, ministrado pelo Des. Milton

Augusto de Brito Nobre (TJPA); Marcilene Moreira Batista do Vale, da Agência Nacional de Saúde Suplementar; Francisco de Araújo Macêdo Filho, Procurador Regional da República; dentre outras autoridades.

**Como fazer Mestrado em Direito nos EUA** - Palestra ministrada dia 26/06/2013 por Lucas de Lima Carvalho, LL.M. em International Taxation pela New York University School of Law.

**Teoria da Argumentação Jurídica** - Debate realizado no dia 07/06/2013, conduzido pelo Prof. Flávio Moreira Gonçalves (Assessor Pedagógico da Esmec), que constou também da Exibição do filme “12 Homens e uma Sentença”.

**Justiça Constitucional** - Palestra com o jurista português Jorge Miranda, que lotou o auditório da Esmec numa manhã de sábado (dia 18/05/2013). Jorge Miranda, consagrado constitucionalista português, tem mais de 250 livros publicados (Manual de Direito Constitucional, em 7 volumes, com várias edições, é sua obra fundamental) e participou nos processos de elaboração e de reforma das constituições de países de língua portuguesa – São Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné-Bissau – e influenciou a Constituição Brasileira de 1988.

**Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)** – Realizada de 13 a 15/03/2013, no auditório da Esmec, com a presença de procuradores e promotores de Justiça de vários estados brasileiros. O encontro, que foi aberto pelo Des. Haroldo Máximo, discutiu ações relacionadas à infância e juventude, idosos, pessoas com deficiência, educação e saúde. O Grupo é vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJG).



**Platão e Aristóteles: Influências na Filosofia do Direito e na Filosofia Política** - Colóquio realizado no dia 10/05/2013, conduzido pelos professores Antonio Carlos Klein (Juiz Coordenador da Esmec) e Flávio José Moreira Gonçalves (Assessor Pedagógico da Esmec).

*“Os magistrados não podem renunciar aos compromissos de pretender o aperfeiçoamento de sua formação, mantendo em relação às escolas judiciais uma postura de valorização como espaço permanente de manifestação cultural.”*

# Arte e cultura

**Entendendo a interdisciplinaridade como fundamental na formação e no aperfeiçoamento intelectual de magistrados e servidores do Judiciário estadual, a Esmec realizou importantes eventos culturais, mesclando o Direito com outras áreas do conhecimento, sobretudo a literatura e o cinema. Em alguns desses encontros, a inscrição constou da doação de alimentos não perecíveis, sobretudo leite em pó, que foram destinados à comunidade do Dendê. Veja a seguir um resumo desses eventos.**

**Aula-espetáculo com o escritor Ariano Suassuna**, intitulada “Raízes populares da cultura brasileira”, realizada no dia 16/08/2013. O Des. Haroldo Máximo abriu o evento, que lotou o auditório da Esmec. Entre os presentes o jurista Paulo Bonavides e o ex-governador Gonzaga Mota. Para homenagear o escritor (morto em julho/2014) e como forma de celebrar um ano da visita de Suassuna à Esmec, a Escola montou, no dia 13/08/2014, um painel com momentos de sua visita à Instituição e disponibilizou o vídeo de sua aula aos frequentadores da Escola.

**Seminário Cinema, Direito e Literatura** – Atraiu grande público nas duas edições, ocorridas nas seguintes datas:

**I** - 11/10/2013 – Palestrantes: Arnaldo Vasconcelos (“Antígona - Sófocles”), Bleine Queiroz Caúla (“A Normalista - Adolfo Caminha”), Flávio Moreira Gonçalves (“A Morte de Ivan Ilitch - Tolstoi”), Antonio Carlos Klein (“O Processo - Franz Kafka”) e Cid Saboia de Carvalho (“Sua Majestade, o Juiz - Jäder de Carvalho”). Neste dia teve também início a mostra “Gláuber Ouvindo Villa Lobos”, de Audifax Rios, com doze grandes painéis pictóricos, expostos no pátio interno da Esmec. A mostra prosseguiu pelo mês de outubro/2014 e teve como curador o professor Francisco Régis Frota Araújo.

**II** - 09 e 10/05/2014 - Com o tema “Humanismo em três atos”, teve como palestrantes: Mantovanni Colares Cavalcanti (“Pensar o Direito em Fernando Pessoa”), Jorge di Ciero Miranda Bezerra (“Os Tambores de São Luís: Josué Montello e as Cotas Raciais”), Lia Sammia de Souza Moreira (“Os Miseráveis: adequação e aspectos sociais da sanção penal - direito ao esquecimento”). Em seguida, houve a exibição do documentário Mandacaru, Jaime Medeiros (“Capitães de Areia: Jorge Amado”). Em seguida foi debatido o tema “Pobreza, Infância e Violência em Fortaleza”, a cargo do jornalista Roberto Bonfim, da professora Maria de Fátima Neves e do mestre percussionista Juninho Brasil, Durval Aires Filho (“O tempo no

Direito e na Literatura”) e Antonio Carlos Klein e Flávio Gonçalves (apresentaram cenas do filme “O Mercado de Veneza” e debateram sobre “Shakespeare e Ihering: interpretação e justiça”).

**Sarau Literário** - Realizado em 14/11/2014 no auditório da Esmec, durante o lançamento do Vol. 10 da Revista Themis, com declamação de poesia por parte do escritor Dimas Macedo.

**Lançamento do documentário “Mandacaru: a saga de dois jovens cearenses”** - Realizado dia 03/07/2013, na Assembleia Legislativa. Vídeo foi produzido pelos servidores Roberto Bonfim (TJCE), Fátima Neves e Rosângela Evangelista (Esmec).

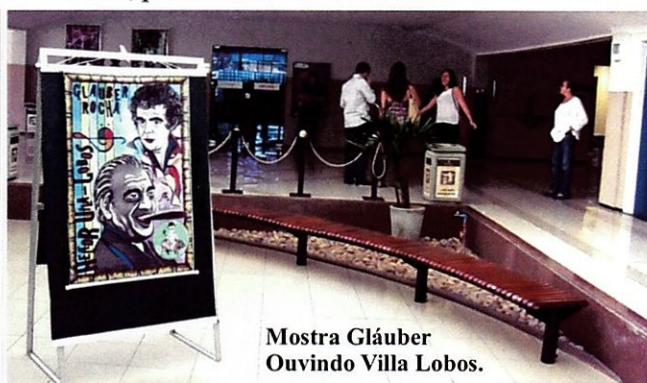
**Projeto “Arthur Bispo do Rosário – um olhar além do consciente”** - Apresentado no Fórum Clóvis Beviláqua, dia 22/11/2013, pela profa. Maria de Fátima Neves da Silva (Analista Judiciária e psicopedagoga da Esmec), colaboradora do Projeto.

**QVARTA-LATINA** - A Esmec criou um Grupo de Estudos de Latim, Literatura, História e Direito Romano, que reunia às quartas-feiras (a partir de 17/04/2013) professores, estudantes e outras pessoas interessadas na língua latina e em sua riqueza literária, histórica e jurídica.

**Encontro Internacional de Direitos Culturais** – A Esmec deu total apoio ao evento, nas edições de 2013 (quando o Juiz Coordenador, Antonio Carlos Klein, integrou a mesa de abertura do Encontro) e 2014, ambas ocorridas na Unifor. Na primeira edição, em 2012, parte do evento aconteceu na Esmec.



Ariano Suassuna.



Mostra Gláuber Ouvindo Villa Lobos.

*Não se mostra razoável que os magistrados que militam em comarcas distantes tenham que se deslocar regularmente à Esmec para participar de atividades que poderiam ser acompanhadas a partir da própria comarca. Desse modo, é essencial que a Esmec (...) ofereça o ensino a distância, na modalidade telepresencial, possibilitando a todos os magistrados a frequência aos cursos em igualdade de condições.*

# Interiorização e EaD

Ante a necessidade de fazer chegar as atividades acadêmicas da Esmec (cursos, palestras, seminários etc.) ao maior número possível de magistrados e servidores da Justiça estadual, e em razão da dificuldade de deslocamento dos públicos das comarcas mais longínquas para a Capital, a Esmec nesta gestão procurou interiorizar suas ações. Veja a seguir algumas iniciativas neste sentido.

## Criação dos Polos de Aprendizagem

Através da Portaria nº 48/2014, publicada no Diário da Justiça de 08/09/2014, o Desembargador Haroldo Máximo instituiu os Polos de Aprendizagem da Esmec. Os quatro primeiros Polos, com seus respectivos Juízes Coordenadores, foram instalados nas seguintes cidades:

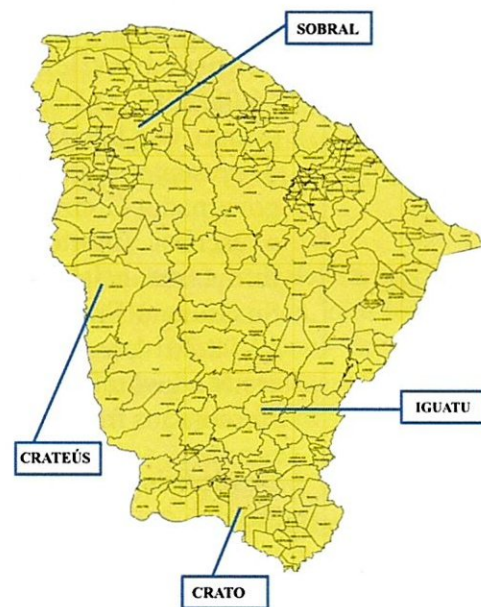
**Crato** - Ângelo Bianco Vettorazzi

**Iguatu** - Ricardo Alexandre da Silva Costa

**Sobral** - Francisco Anastácio Cavalcante Neto

**Crateús** - José Hercy Ponte de Alencar

Ao magistrado coordenador do Polo compete: praticar atos administrativos pertinentes ao mister diretivo do respectivo polo, por delegação e mediante autorização prévia do Diretor da Esmec; expedir atos e resoluções, avisos e comunicações, requisições e demais procedimentos atinentes à representação administrativa descentralizada da Escola; coordenar e superintender os eventos a serem patrocinados e executados no polo, podendo valer-se de assessoria para o bom desempenho de sua missão funcional; e apresentar à Diretoria da Esmec relatório semestral das realizações.



## Curso de Mediação

Atendendo a uma demanda de magistrados do Cariri, a Esmec levou para aquela Região o **Curso Técnicas de Tratamento Adequado de Conflitos** (com 60 vagas destinadas àquele público), ministrado nos dias 1 e 2/08/2014, no Salão do Júri do Fórum de Juazeiro do Norte, pelo juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira.

### Solenidade de instalação do Polo de Aprendizagem de Crato



Juiz Ângelo Vettorazzi, Des. Haroldo Máximo e Juiz Marcelo Piragibe.

## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Na gestão do Des. Haroldo Máximo foram ampliadas as ações de Educação a Distância, com oferta de cursos e acompanhamentos *on line* de juizes das mais longínquas comarcas, como forma de interiorizar as ações educacionais (de formação e aperfeiçoamento) da Esmec.

A partir da plataforma Moodle do Tribunal de Justiça, disponibilizada pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag-TJCE), foram ofertados os cursos de Administração Judiciária e Informática Aplicada à Jurisdição (para magistrados e servidores), com tutores da Seplag e Secretaria de Informática do TJCE, além do acompanhamento a distância que os juizes do IV Curso de Formação receberam dos juizes formadores, de abril a junho de 2014.

Igualmente relevante a requalificação das revistas mantidas pela Esmec (revista Themis e revista eletrônica Díke). A regularização de sua periodicidade e, mais que isto, a preparação das mesmas para obtenção do selo Qualis, da Capes, constituem prioridade absoluta.

# Revistas Científicas

## Themis

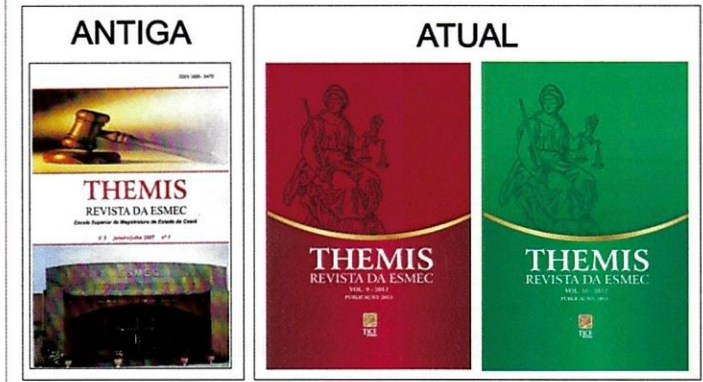
A gestão da Esmec no biênio 2013-2015 encontrou a Escola com edições atrasadas da revista científica Themis desde 2011. Como a publicação era semestral, totalizavam quatro edições em atraso. Decidiu-se regularizar a periodicidade da publicação, tornando-a anual e preparando-a para pleitear a certificação nacional da Capes (Qualis). Além disso providenciou-se a modernização da capa da Revista, dotando-a de cores diferentes de acordo com a edição (ver quadro comparativo ao lado).

O volume nº 9, que deveria ter saído no primeiro semestre de 2011, foi lançada no dia 05/11/2013, referente a todo o ano de 2011. A capa foi modificada, adotando-se a coloração vermelha. No lançamento desta edição da Themis, houve uma palestra sobre “Nova Hermenêutica Jurídica”, a cargo do prof. Juarez Freitas, com apresentação feita pelo Des. Fernando Ximenes. Juarez Freitas elogiou a qualidade da Revista Themis, e disse acreditar que, em breve, ela estará recebendo a certificação Qualis.

Para o volume nº 10, referente ao ano de 2012, foi publicado edital de submissão de artigos no DJ 22/11/2013. Pela primeira vez adotou-se o sistema duplo-cego (*blind review*), pelo qual os pareceristas



## CAPAS DA THEMIS



não ficam sabendo o nome dos autores dos textos, nem estes sabem quem fará a avaliação do seu artigo. Esta edição foi lançada no dia 14/11/2014, com palestra do escritor Dimas Macedo sobre Aspectos Processuais da Constituição.

Os volumes 11 (referente ao ano de 2013) e 12 (relativo a 2014) serão lançados até o início de 2015. As edições da Themis deverão estar expostas em evento organizado pela Editora do TJCE, que será realizado de 17 a 19 de dezembro de 2014, no Palácio da Justiça.

**Díke** - O periódico jurídico *on line* da Esmec (Revista Científica Díke) também recebeu artigos para a edição de um segundo volume. O Edital com chamadas para submissão de artigos científicos e critérios de seleção de pareceristas avaliadores, para a segunda edição, foi publicado no Diário da Justiça de 15/03/2013. No entanto, reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da Esmec, realizada em 01/04/2013, decidiu pela suspensão temporária da Díke, em benefício da regularização da periodicidade da Revista Themis. Dessa forma, os artigos que saíam na revista eletrônica foram redirecionados para a publicação impressa. A Díke está registrada com o ISSN nº 2179-7307, e teve 21 artigos e uma resenha publicados em sua primeira edição.

*A autonomia acadêmica (...) deve ser acompanhada de sua efetiva autonomia financeira, permitindo que os recursos arrecadados possam ser investidos no fomento à formação dos magistrados.*

# Autonomia financeira

A autonomia das Escolas da Magistratura está prevista no art. 7 da Resolução nº 159/2012 do CNJ, que dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário. Pela norma, os Tribunais devem incluir em seus orçamentos rubrica específica para atender às necessidades das Escolas Judiciais.

Em acolhimento a essa determinação, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) editou a Portaria nº 261/2013, publicada originalmente no Diário da Justiça de 12/03/2012, e republicada em 01/10/2014. Esta Portaria foi uma grande conquista para a Esmec, na gestão do Des. Haroldo Máximo,

pois ela definiu as regras sobre gerenciamento dos recursos destinados manutenção e ao funcionamento da Escola oriundos dos orçamentos do TJCE e do Fundo de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermaju).

Pela norma em comento, fica delegada aos secretários de Tecnologia da Informação, Administração e Finanças, após comunicação prévia e anuência do Diretor da Escola, a competência para proceder a várias demandas de interesse da Escola, tais como: abertura de licitações, compra de material de consumo, pagamento de despesas de custeio e honorários de professores, suprimento de fundo de formalização de acordos, convênios etc.

*Pretendemos ampliar o acervo da Biblioteca da Esmec.*

## Biblioteca

### Novas aquisições

Nesta gestão, houve um incremento de 943 livros no acervo da Biblioteca Juiz Roberto Jorge Feitosa de Carvalho, da Esmec, sendo 603 oriundos de aquisições e 340 de doações. Foram também recebidos 13 periódicos e 57 monografias, e realizados 277 empréstimos (dados do período fev/2013-nov/2014).

### Comissão de Avaliação do Acervo

Por considerar imprescindível o estabelecimento de critérios para a política de desenvolvimento do acervo da Biblioteca da Esmec, bem como a estreita relação que deve ser mantida entre as aquisições, doações e permutas e a demanda informacional dos usuários, em especial dos cursos ofertados pela Escola, foi criada a Comissão Permanente de Avaliação do Acervo da Biblioteca Juiz Roberto Jorge Feitosa de Carvalho, através da Portaria 12/2013, publicada no DJ de 08/01/2013. A comissão é formada pelos servidores Flávio Moreira Gonçalves (Assessor Pedagógico), Maria de Fátima Neves (Psicopedagoga) e Maria do Socorro Martins (Bibliotecária).



### Esmec integra Rede de Bibliotecas do Poder Judiciário

O Diário da Justiça de 24/09/2013 publicou a Portaria nº 1116/2013, da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), criando a Rede de Bibliotecas do Poder Judiciário formada pelas bibliotecas do TJCE, Fórum Clóvis Beviláqua e Escola da Magistratura. A criação foi uma iniciativa da Esmec.

Pela Portaria, “fica autorizada a consulta/pesquisa e o acesso ao acervo bibliográfico, bem como aos serviços de empréstimos de itens/obras disponíveis na Rede de Bibliotecas do Poder Judiciário para magistrados, servidores, estagiários terceirizados e alunos de cursos ofertados pela Esmec”.

*Inaugura-se pois essa gestão com a convicção de que o papel da Esmec, na formação e aprimoramento da magistratura cearense e servidores do Poder Judiciário, possui grande relevância social. Nesse sentido, calha ressaltar que os investimentos em capacitação transcendem a aspectos de benefício individual aos magistrados (...), assumindo uma feição coletiva, de interesse social.*

# Responsabilidade socioambiental

Ações de responsabilidade social e ambiental também estiveram no centro das preocupações da Diretoria da Esmec no biênio. Além de atividades voltadas para a população carente do entorno da Escola (sobretudo os moradores da comunidade do Dendê), a Instituição também priorizou as questões ambientais, como na redução do consumo de copos de plástico e papel e o projeto de aquisição de cobertura verde para o muro da Escola.

O estreitamento das relações com a comunidade faz parte das iniciativas de extensão da Esmec, que também colabora regularmente doando material reciclável (papéis de expediente, jornais e garrafas pet) à associação de moradores, matérias-primas utilizadas na fabricação de outros produtos que geram profissionalização, emprego e renda. Veja a seguir as atividades desenvolvidas no biênio:

## Inauguração das novas instalações do Conselho Comunitário do Dendê

Solenidade ocorrida na comunidade, no dia 19/09/14. A Esmec foi representada pelo professor Flávio José Moreira Gonçalves, Assessor Pedagógico.

## Cursos profissionalizantes para mulheres do entorno

O Instituto Maria da Penha (IMP), em parceria com o Serviço Nacional do Comércio (Senac) e apoio da Esmec, ofereceu cursos profissionalizantes de Auxiliar de Pessoal e Auxiliar Administrativo, de outubro a dezembro de 2013, para mulheres da comunidade do Dendê. A biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes veio à Esmec em duas oportunidades em 2014. Uma delas foi para entregar os certificados às mulheres que concluíram os cursos (no dia 16/01/2014). Outra visita ocorreu no dia 07/02/2014, quando ela contou sua trajetória pessoal aos magistrados que participavam do módulo Novos Direitos e Alterações Legislativas, do IV Curso de Formação. Em 2013 (dia 15/03), Maria da Penha esteve também na Esmec, participando de um debate da Comissão

Permanente de Combate à Violência Doméstica (Copevid).

## Doação de leite em pó para comunidade do Dendê

No dia 17/09/2013, o Diretor da Esmec, Des. Haroldo Máximo, fez a entrega de dezenas de latas de leite em pó, para a comunidade do Dendê, que esteve representada pela Presidente do Conselho Comunitário de Defesa Social do Édson Queiroz, Antonia Agostinho de Sousa, e pelo seu Diretor, Raimundo Severo da Silva.

## Reunião com órgãos estaduais, Unifor e representantes das comunidades locais

Representantes de órgãos do Governo do Estado, responsáveis por ações de assistência social, e da Unifor se reuniram no auditório da Esmec, dia 09/08/2013, para discutir políticas que possam beneficiar a comunidade carente do Dendê. Entre os presentes, a procuradora Socorro França, Assessora Especial de Políticas Públicas sobre Drogas.

## Parceria com Unifor e Creche do Judiciário em prol das comunidades

O Diretor da Esmec, Des. Haroldo Máximo, e o Juiz Coordenador da instituição, Antonio Carlos Klein, receberam no dia 11/06/2013 representantes da Universidade de Fortaleza (Unifor) e da Creche-Escola do Poder Judiciário do Ceará, oportunidade em que foram discutidas ações conjuntas, de caráter socioeducativo e ambiental, que poderiam ser viabilizadas em favor dos moradores do entorno destas instituições.

## Outras iniciativas:

- Envio de ofício conjunto (Esmec/Unifor) à Superintendência do INSS, solicitando que o terreno em frente à Esmec, frequentemente utilizado por infratores, seja iluminado e possa servir de equipamento de lazer para a população carente da região.
- Cessão do auditório para palestras sobre redução da maioridade penal, consciência negra e preconceitos, destinadas a alunos da escola estadual Dom Lustosa, que fica ao lado da Esmec (dias 5, 20 e 25/11/2014).

- Estudo para oferta de cursos de liderança, mediação e línguas para a comunidade do entorno.
- Indicação da Diretora da Divisão de Programação e Controle, Lara Coe Mota, para integrar a Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE.
- Redução no consumo de papel ofício (cumprimento de 102,8% da meta fixada pelo TJCE para a Escola, conforme indicadores da GAM para o 1º semestre de 2014) e de copo descartável (cumpriu-se 114,5% da meta).



Raimundo Severo,  
Antonia Sousa e  
Des. Haroldo.



Maria da Penha  
e Antonio  
Carlos Klein.

*Assumo o compromisso de alinhar a Esmec às determinações do Plano Nacional de Capacitação Judicial, sob a supervisão da Enfam, (...) priorizando uma formação que contemple os planos ético, sociológico, psicológico, administrativo, judicial e pessoal em busca de um conteúdo profissionalizante mais eficaz que evidencie com maior intensidade os talentos individuais do juiz, conforme orientação adotada pelo Copedem.*

# Participação em eventos nacionais

A Esmec marcou presença em quase todos os encontros promovidos por entidades nacionais que congregam dirigentes de Escolas Judiciais e da Magistratura, nos anos de 2013 e 2014. Importantes temas foram debatidos nesses fóruns, promovidos por instituições como a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), Escola Nacional da Magistratura (ENM), Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segue um resumo da participação da Esmec nos eventos.

## Copedem

O Desembargador Haroldo Máximo esteve presente às seguintes edições do Copedem:

XXXI - Recife/PE (16 a 18/05/2013). Tema: “A autonomia orçamentária, financeira e de gestão das Escolas Judiciais e de Magistratura - a obrigatoriedade dos cursos de aperfeiçoamento”. Foi discutida a Resolução nº 159/2012 do CNJ, que trata das diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Judiciário.

XXXII - Foz do Iguaçu/PR (22 a 24/08/2013). Tema: “Jurisdição e Espaços de Integração”, tendo como foco a relação entre os países do Mercosul, incluindo-se o papel dos magistrados neste bloco regional.

XXXIII - Gravatá/PE (05/10/2013). Tema: “Autonomia orçamentária, financeira e de gestão das Escolas Judiciais estaduais da Magistratura”.

XXXIV - Natal/RN (28 a 30/11/2013). Tema: “Curso de iniciação funcional e aperfeiçoamento de magistrados.

XXXV - Sorriso/MT (13 a 15/03/2014). Tema: “Implantação de um Sistema de Mestrado Profissional”. Paralelo ao encontro, foi realizado o I Seminário sobre o Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso e seus Reflexos no Sistema Judicial, promovido pelo Centro de Estudos da América Latina (Ceal).

XXXVI - Brasília/DF (26 a 28/03/2014). Tema: “Curso de formação inicial de juízes e a construção do planejamento estratégico da Enfam para o biênio 2014-2015”. No evento, foi lançado, dia 26/03/14, o Projeto Juspédia (uma enciclopédia jurídico-interativa livre, para juízes de língua portuguesa, contendo inicialmente cerca de 17 mil inserções de conceitos de palavras e expressões jurídicas), iniciativa da Associação dos

Magistrados Brasileiros (AMB).

XXXVII - Palmas/TO (28 a 30/08/2014). Tema: “O Ensino a Distância nas Escolas Judiciais e da Magistratura”. Evento contou com a presença do ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

XXXVIII - Vitória/ES (11 a 14/12/2014). Tema: “O ensino profissionalizante das Escolas e a sustentabilidade socioeconômica e cultural”.

O Diretor da Esmec também participou dos seguintes eventos promovidos pelo Copedem:

- **VIII Congresso Brasileiro de Direito de Seguro e Previdência**, de 26 a 28/03/2014, que aconteceu paralelo ao XXXVI Copedem. O Des. Haroldo Máximo presidiu um Painel.

- **Seminário Ações para a Retomada do Desenvolvimento: Aspectos Jurídicos, Econômico-Financeiros e Ambientais**, realizado em Salvador (BA), de 15 a 18/05/2014. Participaram do evento o Des. Haroldo Máximo (debateu no painel Previdência e Educação, dia 16/05) e o Juiz Coordenador da Esmec, Antonio Carlos Klein (atuou no painel Combustíveis, dia 17/05). Os magistrados participaram do seminário a convite do Copedem e da União Internacional de Juízes de Língua Portuguesa (UIJLP).

- **VI Congresso Jurídico de Saúde Suplementar**, realizado paralelo ao XXXIII Copedem (05/10/2013)



XXXV Copedem, em Sorriso/MT.

## Enfam

### - Encontro de Coordenadores Pedagógicos

- Reuniu 22 Escolas Judiciais e de Magistratura, estaduais e federais. Realizado em Brasília, de 29 a 31/07/2013. A Esmec foi representada pelo juiz coordenador, Antonio Carlos Klein, e pelo Assessor Pedagógico, Flávio José Moreira Gonçalves.

- **Workshop sobre Formação Inicial e Planejamento Estratégico** da Enfam, que reuniu Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas Judiciais e de Magistratura de todo País, nos dias 24 e 25/03/2014, em Brasília. A Esmec esteve representada pelo Des. Haroldo Máximo, contando com a participação do Juiz Antonio Carlos Klein e da servidora Maria de Fátima Neves da Silva.

- **Curso Planejamento de Ensino no Contexto da Magistratura** - Realizado em Brasília, nos dias 5 e 6/05/2014, oferecido para 30 coordenadores pedagógicos das escolas judiciais de todo o País. Representou a Esmec o Assessor Pedagógico, Flávio Gonçalves.

- No dia 07/05/2014, o Diretor da Esmec, Des. Haroldo Máximo, indicou o juiz Mantovanni Colares Cavalcante para integrar o **Comitê Técnico de Formação e Pesquisa (CTAF)** da Enfam.

- Por indicação da Direção da Esmec, também em 2014, o juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira, titular do 2º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza, representou a Esmec no **I Encontro de Formadores Magistrados**, realizado dia 05/06/14 em Brasília-DF.

- O Des. Haroldo Máximo também indicou o juiz Aluísio Gurgel do Amaral Júnior para representar a Escola no **Workshop para Elaboração de Diretrizes Curriculares para Formação de Formadores**, que aconteceu de 28 a 30/10/2014, em Brasília-DF.

## ENM

- **Encontro Nacional de Diretores de Escolas da Magistratura** - O Des. Haroldo Máximo participou das duas edições do evento, uma realizado no dia 08/11/2013, em Vitória/ES; e outra ocorrida no dia 20/11/2014, em Brasília/DF.

O evento reúne anualmente Diretores de Escolas de todos os segmentos (estadual, federal, eleitoral e militar) para um intercâmbio de experiências, com o objetivo de ampliar o número de vagas para Magistrados em cursos nacionais e internacionais.

- **Seminário “República: Impasses da Democracia Brasileira”** - O Diretor da Esmec participou do evento, realizado no dia 21/11/2014, em Brasília.

## CNJ

- **Seminário de encerramento do “Programa de Valorização. Juiz Valorizado - Justiça Completa!”** - Realizado dia 18/06/2014, em Brasília. Juiz Antonio Carlos Klein representou a Esmec no evento, designado pela Presidência do TJCE.

## Representando o TJCE

O Des. Haroldo Máximo representou o Presidente do TJCE, Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido, nos seguintes encontros:

- **99º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil**, realizado de 5 a 7/06/2013, em Belém (PA).

- **V Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje)**, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), de 24 a 27/10/2013, em Florianópolis-SC. Tema: “Magistrado - garantidor da democracia”.



O XXXVII Copedem foi prestigiado pelo Ministro Lewandowsky.

*Pretendemos concluir as reformas de infraestrutura e modernização do prédio desta Escola.*

# Modernização física e tecnológica

A infraestrutura do prédio da Esmec foi modernizada, tanto no que se refere a obras civis como na aquisição de móveis e equipamentos. A área de tecnologia da informação também foi alvo desse processo de modernização. A necessidade de reestruturação física levou também a Escola a procurar adaptar seu Regimento Interno aos novos tempos.



Novo mobiliário da Secretaria.

## Infraestrutura e aquisições

- Modernização do sistema de internet, com ampliação dos pontos de rede e do acesso ao sistema wi-fi, aquisição de um moderno rack, novo sistema de cabeamento etc.
- Novo mobiliário, em formato de ilhas, para a Secretaria da Escola (estações de trabalho, penínsulas, gaveteiros volantes e armários)
- Novos aparelhos de ar-condicionado e modernização da central de ar
- Aquisição de novos computadores, no breaks, notebooks e aparelhos de audiovisual (projetores multimídia) para a Secretaria, Assessoria Pedagógica, Biblioteca e salas de aula
- Equipamentos de som mais modernos para o auditório (sistema de gravação, microfones etc.)
- Outras obras e diversas aquisições



Moderno rack.

## Sistema de Controle Acadêmico da Esmec (Sesmec)

Em 2013 foi iniciado o projeto de virtualização das rotinas acadêmicas da Esmec (Sesmec), que está sendo desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE (Setin).

Entre outubro e novembro de 2013, os funcionários da Escola receberam informações do pessoal da Setin, à frente o gerente de projetos Gustavo Henrique Gondim, e deram sugestões. O Sistema, que se encontra em fase experimental, irá agilizar os serviços na Secretaria e Assessoria Pedagógica da Esmec, reduzindo a utilização de papel e aumentando a interação com alunos e professores.

## Mudanças regimentais

A Direção da Esmec encaminhou proposta de atualização de seu Regimento Interno à Presidência do TJCE, em 04/07/2013. O que está em vigor foi elaborado em 1989 e não mais atende às necessidades da Escola.

Outra proposição, que também está em exame junto à Presidência do TJCE, diz respeito à criação do Cargo de Vice-Diretor da Escola e implantação de rubrica no Fermoju para a sistemática de pagamento de professores dos cursos da Esmec.

# Parcerias interinstitucionais

Tão logo iniciou sua gestão à frente da Esmec, o Des. Haroldo Máximo recebeu a visita de dirigentes de importantes instituições voltadas para a formação de recursos humanos na administração pública. Nessas oportunidades, foram discutidas a possibilidade de parceria, sobretudo para a oferta de cursos a distância (EaD). Veja a seguir as autoridades que foram recebidas pelo Diretor da Esmec, em seu gabinete.

**Dia 27/02/2013** - Diretor-Presidente do Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), órgão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), conselheiro Luís Alexandre A. Figueiredo de Paula Pessoa, e assessores. Eles discutiram a possibilidade de parceria na oferta de cursos na modalidade EaD.

**Dia 08/03/2013** - Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), juiz Roberto Portugal Bacellar. Discutiu-se a possibilidade de assinatura de convênios de cooperação para a oferta de cursos a magistrados.

**Dia 12/03/2013** - Vice-presidente da Universidade do Parlamento Cearense (Unipace), deputado José Teodoro Soares (ex-reitor da Universidade Vale do Acaraú); Carlos Maurício Aguiar (assessor da Unipace); e a professora Gina Vidal Pompeu (coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unifor). Foi discutida a possibilidade de futuras parcerias em termos de oferta de cursos e seminários/palestras, sobretudo no tocante à EaD.

**Dia 12/03/2013** - Procurador-Chefe do Centro de Treinamento e Estudo da Procuradoria Geral do Estado do Ceará (Cetrei-PGE), César Oliveira de Barros Leal. Discutiu-se a possibilidade de parceria para a oferta de cursos presenciais, de curta duração ou de pós-graduação *lato sensu*. Outros encontros aconteceram entre os dois dirigentes, redundando no apoio institucional da Escola (além de divulgação em

informativos e no Portal Esmec) às edições de 2013 (realizada de 6 a 17/05/13) e 2014 (de 1 a 12/09/14) do Curso Brasileiro Interdisciplinar de Direitos Humanos.

**Dia 15/05/2013** - Presidente do Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos (Imparh), André Ramos Silva. Conversou-se sobre a viabilidade de parceria para a oferta de cursos de língua estrangeira, bem como a utilização do espaço da Esmec para eventos em conjunto.

**Dia 24/05/2013** - Diretor da Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud), desembargador Francisco Djalma da Silva. O Magistrado acreano visitou as dependências da Esmec, elogiou o amplo espaço e a estrutura física da Escola, e recebeu exemplares da revista científica Themis, Informativos e Relatório de Gestão.

**Dia 19/02/2014** - Rita Moura e Isabel Miguel, divulgadoras da Editora Revista dos Tribunais, de São Paulo. Foi discutida a viabilidade de futuras parcerias, com a possibilidade da Esmec receber autores de obras editadas pela RT, para aqui ministrarem palestras e lançarem seus livros.



Juiz Roberto Bacellar.



César Barros Leal.



Des. Djalma Silva.



Deputado José Teodoro.

# Convênios de Cooperação

No biênio, foram firmados Convênios de Cooperação Técnica entre a Esmec e as seguintes instituições:

**Escola Nacional da Magistratura (ENM)** - Assinado em 23/04/2014 pelo Des. Haroldo Máximo e o Diretor-Presidente da ENM, juiz Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães. O convênio objetiva fortalecer a parceria institucional entre a ENM e a Esmec, sobretudo no tocante à oferta de cursos presenciais.

**Associação Cearense de Magistrados (ACM)** - Assinado pelo Diretor da Esmec e o então Presidente da ACM, juiz Ricardo de Araújo Barreto, no dia 26/02/2013. O Convênio prevê, dentre outras ações, a divulgação, por parte da ACM, de cursos ofertados pela Esmec, bem como a disponibilização, por parte da Escola, de toda infra-estrutura acadêmica, administrativa e tecnológica necessária ao cumprimento do Convênio, ofertando cursos que levem à formação humanista e pragmática dos associados da ACM.

**Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE)** - Assinado pelos desembargadores Haroldo Máximo, Maria Iracema Martins do Vale (Presidente do TRE/CE) e Francisco de Assis Filgueira Mendes (Diretor da Escola Judicial Eleitoral), em novembro de 2014. O Convênio prevê a realização conjunta de quatro cursos de aperfeiçoamento, destinados a juízes e promotores eleitorais, além dos servidores da Justiça Eleitoral.

**Universidade Regional do Cariri (Urca)** - Assinado entre o Diretor



Convênio com a ENM.

da Esmec e o Reitor em Exercício da Urca, Patrício Melo, no dia 15/08/2014, na sede da Universidade. O Des. Haroldo Máximo, na ocasião, destacou o início da parceria com a Urca, além de ressaltar o qualificado corpo docente da Instituição. O convênio visa ao aperfeiçoamento e à qualificação dos quadros da magistratura e de servidores do Judiciário estadual, envolvendo a oferta, por parte da Urca, de cursos deregulares e de extensão, palestras, workshops etc.

**Rede Estadual de Escolas de Governo do Ceará** - Assinado pelo Des. Haroldo Máximo e dirigentes de outras 11 instituições integrantes da Rede, no dia 26/08/2013, na sala de reuniões da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo estadual (Seplag). Na oportunidade, foi também subscrito o Regimento Interno do colegiado. No biênio 2013-2014, além de participação em reuniões ordinárias da Rede de Escolas, a

Esmec também esteve presente nos seguintes eventos:

- I Encontro Nordestino de Escolas de Governo (26 e 27/09/2013).
- Congresso Ceará Gestão Pública (27 e 28/11/2013).
- Organização do "Seminário Internacional Gestão Pública (25/09/2014).
- Palestra "Governança e Governabilidade: Poder Público e Sociedade" (16/10/2014).
- Reinauguração das instalações físicas da EGP, que contou com as presenças do Governador Cid Gomes e do Des. Haroldo Máximo (11/11/2014).



Evento na EGP em 11/11/14.



Convênio com a Urca.



Convênio com a Rede de Escolas.

# Lançamento de livros e revista

**Recursos Especial e Extraordinário no Novo Código de Processo Civil: Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. José de Albuquerque Rocha** - Organizado pelos profs. Aluisio Gurgel do Amaral Júnior, Juiz de Direito, e Maria de Fátima Neves da Silva, pedagoga da Esmec. A obra traz artigos científicos de alunos e docentes do Curso de Especialização em Processo Civil e Gestão do Processo da Escola da Magistratura. A apresentação da obra foi feita pelo juiz Mantovanni Colares Cavalcante. Lançado no dia 03/10/2013.

**Temas de Processo Penal** - Coordenado pelos professores Antônio Carlos Largura Filho e Rosângela Maria Evangelista de Melo. Contém 11 artigos de alunos e docentes do Curso de Especialização em Direito Processual Penal da Esmec. Lançado no auditório da Escola, no dia 26/04/2013, com a presença do Des. Haroldo Máximo.

**As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa: uma visão comparativa** - Lançado pelo jurista Jorge Miranda (escrito em parceria com E. Kafft Kosta), no dia 18/05/2013.

**Aspectos Polêmicos e Atuais no Direito Eleitoral** - Organizado pelas professoras Gabriela Rollemberg (DF), Joelson Dias (DF) e Karina Kufá (SP). Após a apresentação houve um debate sobre "Reforma Política no Brasil". Lançado no dia 20/09/2013.

**Direitos Fundamentais, Cinema e Literatura** - Organizado pelo professor doutor Francisco Régis

Frota Araújo, lançado no dia 11/10/2013

**Lei Maria da Penha Comentada - Sob a perspectiva dos Direitos Humanos** (4ª edição) - Lançado durante o Seminário Internacional dos Direitos da Mulher, nos dias 26 e 27/09/2013, pelo Vice-Diretor Presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), Sérgio Ricardo de Souza.

**Revista Café e Justiça** - Lançada dia 05/09/2013. Publicação trimestral da 7CN Comunicação Criativa. A presidente executiva do periódico é a advogada Isabel de Andrade Ribeiro Oliveira.



Lançamento da obra  
Temas de Processo Penal.



Jorge  
Miranda  
autografa  
seu livro.



Lançamento do livro Recurso Especial.

# Comunicação institucional

A Esmec buscou ampliar, modernizar e tornar mais interativa sua comunicação com seus públicos internos e externos, e também como forma de dar total transparência às suas ações. Veja, abaixo, algumas aquisições e inovações na área de comunicação no biênio.

**Mailing** - Intensificação no envio de informações (sobre cursos, seminários, lançamento de livros etc.) para jornais, blogs, assessorias de comunicação e outros públicos locais, bem como para algumas instituições nacionais (como Enfam, ENM e Conpedi).



**Informativos** - Impressão de quatro edições do Esmec Notícias (colorido, em papel couché), que trazia notícias sobre os principais eventos da Escola. A publicação destinava-se a desembargadores, juízes, Escolas da Magistratura, imprensa, professores e alunos da Esmec, dentre outros públicos.

**Cobertura fotográfica** - Aquisição de câmera fotográfica profissional para cobertura dos eventos da Escola, cujas fotos foram utilizadas em informativos e no Portal Esmec, bem como enviadas para jornais, Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça (Ascom/TJCE) etc.

**Clipagem** - Assinatura dos jornais O Povo e Diário do Nordeste (O Estado já vinha sendo recebido regularmente) para o recorte de matérias de interesse da Esmec, não só para arquivamento de notícias, mas também como ferramenta de tomada de decisão por parte da Direção da Escola.



**Notícias**

- 13/10/2014 - 22:10 | Editar  
Junta Mário Quirino faz sobre reforma política e eleitoral na Esmec
- 12/10/2014 - 04:16 | Editar  
William Douglas faz sobre "Inovação na Gestão do Poder Judiciário" dia 6 de novembro, no auditório da Esmec
- 11/10/2014 - 03:01 | Editar  
Inscrições de magistrados para o curso Humanismo em Nove Lições terminam dia 07/10
- 09/10/2014 - 16:41 | Editar  
Pelo da Esmec no Ceará promove palestra com o Presidente da Escola Nacional da Magistratura - unidade também discute o novo CPC
- 09/10/2014 - 12:14 | Editar  
Definidos os magistrados que participam do curso Instrução Processual no novo CPC
- 08/10/2014 - 12:01 | Editar  
Tribunal convoca servidores e comissionados a participar do projeto Solação Integrada de Gestão de Pessoas
- 03/10/2014 - 09:36 | Editar  
Nova etapa de discussões do Plano Estratégico 2015-2020 do TJCE reúne magistrados e servidores no auditório da Esmec
- 01/10/2014 - 15:57 | Editar  
CNU abre inscrições para vários cursos a distância, dentre eles o de Improbidade Administrativa

**Eventos Externos**

- 10/10/2014 - 18:11 | Editar  
Câmara da ESMEC faz planejamento para 2015
- 13/10/2014 - 04:41 | Editar  
Neste mês o Congresso Latino-Americano de Criança, Adolescente e Família
- 07/10/2014 - 15:56 | Editar  
Seminário de Planejamento do Monitoramento do Sistema Socioeducativo acontece nesta sexta-feira
- 07/10/2014 - 09:40 | Editar  
Enap divulga resultados do X Encontro Nacional de Escolas de Governo
- 06/10/2014 - 22:27 | Editar  
8º Encontro Interamericano de Direitos Culturais começa nesta terça-feira na Unibr
- 01/10/2014 - 15:41 | Editar  
ESMEC convoca para seleção de duas dissertações de Mestrado na primeira fase
- 01/10/2014 - 11:24 | Editar  
Escola Judicial da Costa Rica promove ciclo de videoconferências
- 27/09/2014 - 09:32 | Editar  
Unibr promove seminário "Democracia, Igualdade e Liberdade: Aspectos Jurídicos e Filosóficos"

**Esmec na TV** - Muitas atividades realizadas na Esmec foram mostradas no programa televisivo Judiciário em Evidência, produzido pela Ascom/TJCE. Ao assumir a Escola, o Des. Haroldo Máximo e o Juiz Antonio Carlos Klein deram uma longa entrevista ao programa (dia 28/02/2013), falando das metas para o biênio. Os vídeos estão disponíveis no site do TJCE e no Youtube.

**Portal** - Em março de 2014 foi ao ar o Portal Esmec, que modernizou e tornou mais interativo o antigo site da Escola. Nos nove primeiros meses, o Portal recebeu vários comentários sobre as notícias veiculadas e correspondências no link Fale Conosco. Nesta última ferramenta, foram recebidas 60 colaborações, das quais 34 se referem a pedidos de esclarecimentos (sobre cursos/eventos, envio de documentos, como se inscrever etc.), 7 elogios, 6 sugestões (sobretudo pedindo a interiorização das atividades da Esmec) e 7 de pessoas se oferecendo para ministrar cursos/palestras ou ter seu artigo publicado na Themis.

## Enquete

O que achou do novo site da ESMEC?

Muito Bom (65%, 175 Votos)

Bom (18%, 49 Votos)

Ruim (10%, 27 Votos)

Regular (7%, 18 Votos)

Total de votos: 269

**Grande aceitação** - O Portal vem sendo muito bem recebido pelos internautas. Enquete mostra um índice de satisfação de 83% (conceitos muito bom e bom), conforme dados coletados em 20/11/2014.

Acesse [www.tjce.jus.br/esmec](http://www.tjce.jus.br/esmec)

# Normas editadas no biênio

Principais normas baixadas durante a gestão do Des. Haroldo Máximo como Diretor da Esmec (fev/2013-jan/2015) e publicadas no Diário da Justiça do Ceará.

## ATOS DA ESMEC

### 2013

**Portaria no. 01/2013** - Redefine para o biênio 2013-2015 o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da Esmec. (DJ de 26/02/13)

**Portaria nº 02/2013** - Convoca o Cepe para reunião na sede da Esmec, no 01/04/2013, para discutir sobre cursos de Especialização e outras pendências pedagógicas. (DJ de 15/03/13)

**Portaria nº 03/2013** - Regulamenta a remuneração aos prestadores de serviços (professores, conteudistas, tutores, coordenadores acadêmicos e pedagógicos etc) nos Cursos de Especialização, de extensão, aperfeiçoamento, especialização e atualização promovidos pela Esmec. (DJ de 09/07/13)

**Portaria nº 04/2013** - Regulamenta e estabelece novos critérios para a remuneração de palestrantes, conferencistas ou simposistas da Esmec, atualiza valores, revoga disposições anteriores e dá outras providências. (DJ de 09/07/13)

**Portaria nº 07/2013** - Designa a Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação para acompanhar, supervisionar e orientar a avaliação de magistrados substitutos durante a realização do IV Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos (DJ de 18/10/13)

**Portaria nº 10/2013** - Designa os integrantes da Comissão de Organização do Ciclo Permanente para Difusão de Boas Práticas Judiciárias e Administrativas da Justiça Estadual, evento a ser realizado anualmente pela Esmec em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (DJ de 01/11/13)

**Portaria nº 11/2013** - Redesigna a Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação para acompanhar, supervisionar e orientar a avaliação de magistrados substitutos durante a realização do IV Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos (DJ de 01/11/13)

**Portaria nº 12/2013** - Designa os integrantes da Comissão Permanente de Avaliação do Acervo da Biblioteca da Esmec. (DJ de 08/11/13)

**Portaria nº 13/2013** - Convoca reunião do Cepe para o dia 8/11/13. (DJ de 7/11/13)

**Edital nº 01/2013** - Processo de seleção de magistrados para cursar o Mestrado em Direito Comparado, promovido pela Samford University - EUA. (DJ de

11/03/13)

**Edital com chamada para submissão de artigos e critérios de seleção de pareceristas avaliadores para a revista eletrônica Dike.** (DJ de 15/03/13)

**Edital de submissão de artigo** para publicação na Revista Themis, vol. 10, referente ao ano de 2012. (DJ de 22/11/13)

**Aviso de Credenciamento nº 01/2013** - A Emec realizará um credenciamento, que tem como objeto "a seleção de docentes para atuar nas atividades pedagógicas desta Escola". (DJ de 21/08/2013)

**Divulgação do resultado da seleção de docentes** para a Esmec, objeto do Edital nº 1/2013. (DJ de 26/12/13)

**Regulamento do IV Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos.** (DJ de 14/11/13)

### 2014

**Portaria nº 04/2014** - Regulamenta o acompanhamento e avaliação das atividades práticas de residência judicial pela Esmec, em parceria com a Corregedoria Geral de Justiça, e reconstitui a Comissão Permanente de Avaliação de Magistrados - CPAM. (DJ de 07/02/14)

**Portaria nº 47/2014** - Dispõe sobre o descarte de avaliações e cópias de documentos antigos, deixados na Esmec por alunos que cursaram Especialização. (DJ de 12/08/14)

**Portaria nº 48/2014** - Institui os Polos de Aprendizagem de Sobral, Iguatu e Crato. (DJ de 08/09/14)

**Portaria nº 49/2014** - Designa para exercer as funções de administração e coordenação do Polo da Comarca de Crato o juiz Angelo Bianco Vettorazzi. (DJ de 08/09/14)

**Portaria nº 50/2014** - Designa para exercer as funções de administração e coordenação do Polo da Comarca de Iguatu o juiz Ricardo Alexandre da Silva Costa. (DJ de 24/09/14)

**Portaria nº 51/2014** - Designa o juiz Francisco Anástacio Cavalcante Neto para ser Coordenador do Polo de Aprendizagem da Comarca de Sobral. (DJ de 17/11/2014)

**Portaria nº 52/2014** - Designa como Coordenador do Polo de Aprendizagem da Comarca de Crateús o juiz José Hercy Ponte de Alencar. (DJ de 17/11/2014)

**Portaria nº 53/2014** - Cria o Polo de Aprendizagem de Crateús. (DJ de 13/11/2014)

## **Boas práticas**

A Direção da Esmec instituiu o Ciclo Permanente para Difusão de Boas Práticas Judiciárias e Administrativas da Justiça Estadual, cujos integrantes foram designados através da Portaria nº 10/2013 (DJ de 01/11/2013), assinada pelo Des. Haroldo Máximo.

Composta por Juizes de Direito e servidores da Esmec e Corregedoria Geral de Justiça, a Comissão tem por objetivo acompanhar, supervisionar e estabelecer parâmetros, instrumentos e critérios para a avaliação e premiação dos trabalhos a serem apresentados pelos magistrados, no evento por ela planejado e organizado.

Reunidos em 03/04/2014, os membros da Comissão

discutiram os critérios para a criação do Prêmio Estadual de Boas Práticas no Judiciário cearense. Foi discutida a importância de se reconhecer as boas práticas que estão sendo adotadas na Justiça estadual, bem como a necessidade de se premiar as melhores ações, que partem de magistrados, servidores e assessores, na Capital e no Interior.

A Comissão se encontra agora na fase de elaboração de uma minuta para o Ciclo de Boas Práticas e outra para a Premiação. Os projetos serão encaminhados aos dirigentes da Esmec e da Corregedoria para em seguida, após aprovação dos magistrados, serem colocados em prática.

## ATOS DO TJCE RELACIONADOS À ESMEC

### 2013

**Ato do Presidente do TJCE**, em vista a decisão do Tribunal Pleno, na Sessão nº 04, de 31/01/2013, designando o Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo para exercer as atribuições de Diretor da Esmec durante o biênio 2013/2015. (DJ de 01/02/13)

**Resolução do Órgão Especial nº 06/2013** - Dispõe sobre a revisão do Plano Estratégico 2010-2014 e alterações na Resolução nº 13/2011 do Órgão Especial. A meta institucional da Esmec consiste em ofertar periodicamente cursos de formação e/ou aperfeiçoamento credenciados para os magistrados (meta 24). (DJ de 26/07/13)

**Portaria nº 137/2013** - Designa o Dr. Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho, Juiz de Direito Titular da 4ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza, para, com prejuízo de suas funções, Coordenar a Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. (DJ de 01/02/13)

**Portaria nº 144/2013** - Exclui competências da Esmec, referentes à ordenação das despesas originadas pelos orçamentos consignados, as quais serão ordenadas por competência exclusiva a ser delegada pelo Presidente do Tribunal de Justiça. (DJ de 04/02/13)

**Portaria nº 255/ 2013** - Designa magistrados e servidores para comporem a Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE. [Pela Esmec foi indicado o juiz coordenador, Antonio Carlos Klein]. (DJ de 11/03/13)

**Portaria nº 261/2013** - A Presidência do TJCE resolve, no âmbito da execução orçamentária do Programa: Manutenção e Funcionamento da Esmec, consignados nos orçamentos do TJ e Fermoju, delegar competências aos secretários de Tecnologia e Administração do TJCE exercerem alguns atos, após comunicação prévia e anuência do Diretor da Esmec. (DJ de 12/03/13 - republicada por incorreção no DJ de 01/10/14)

**Portaria nº 448/2013** - Designa integrantes da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE. (...) VI - Representante da Esmec: Lara Coe Mota. (DJ de 03/05/13)

**Portaria nº 765/2013** - Divulga os resultados da avaliação de desempenho das unidades do Judiciário do Ceará, relativa ao cumprimento das metas setoriais estabelecidas para o 1º semestre de 2013, para fins de percepção da Gratificação por Alcance de Metas (GAM). A Esmec cumpriu todas suas metas em 100%. (DJ de 23/07/2013)

**Portaria nº 948/2013** - Revisa indicadores e metas setoriais para a concessão da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) no âmbito do Poder Judiciário estadual. Foram definidas 9 metas a serem cumpridas pela Esmec. (DJ de 28/08/13)

**Portaria nº 1116/2013** - Dispõe sobre a implantação da Rede de Bibliotecas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, que será composta pelas Bibliotecas do TJCE, da Esmec e do Fórum Clóvis Beviláqua. (DJ de 24/09/13)

**Portaria 1931/2013** - Fixa indicadores e metas setoriais para a concessão da GAM no âmbito do Poder Judiciário estadual. Traz as 9 metas setoriais que a Esmec deve cumprir no ano de 2014. (DJ de 30/12/13)

### 2014

**Portaria nº 49/2014** - Divulga os resultados da avaliação de desempenho das unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará, relativa ao cumprimento das metas setoriais estabelecidas para o 2º semestre de 2013, para fins de percepção da Gratificação por Alcance de Metas (GAM). A Esmec cumpriu 100% de suas metas. (DJ de 17/01/14)

**Portaria nº 530/2014** - Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Avaliação Institucional (CPAI) da Esmec. (DJ de 20/03/14)

**Portaria nº 562 /2014** - Designa a Comissão Multidisciplinar- formando um grupo de trabalho para ministrar o IV Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos, instituído pela Portaria nº 11/2013, para viajar às comarcas onde estão lotados os juizes do IV Curso. (DJ de 26/03/14)

**Portaria nº 672 /2014** - Dispõe sobre a Política de Gestão de Conteúdos do Portal do TJCE. Os artigos 1 a 12 aplicam-se ao Portal Esmec. (DJ de 07/04/14)

**Portaria nº 864/ 2014** - Indica o Juiz Coordenador da Esmec, Antonio Carlos Klein, para representar a Esmec na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE. (DJ de 07/05/14)

**Portaria nº 727/2014** - Designa os servidores que exercerão o papel de gestores de sistemas informatizados. O Sistema de Gerenciamento da Esmec (Sesmec) tem como gestor o Secretário executivo e como suplente a servidora Jucélia Bento de castro. (DJ de 16/04/14)

**Portaria nº 1217/2014** - Determina que o juiz Antonio Carlos Pinheiro Klein, titular da 4ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza, exerça as atribuições de Coordenador da Esmec sem prejuízo de suas funções judicantes. (DJ de 03/06/14)

**Portaria n.º 1289 /2014** - Designa o Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo para viajar a Belém - Pará, com o objetivo de participar do 99º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, no período de 05 a 07 de junho de 2014. (DJ de 09/06/14)

**Portaria nº 1557/2014** - Ficam revistos e modificados os indicadores e as metas setoriais para a concessão da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) setorial, no 2º semestre de 2014, no âmbito do Judiciário estadual. A Esmec tem 9 metas a cumprir. (DJ de 16/07/14)

**Portaria nº 1558/2014** - Divulga os resultados da avaliação de desempenho das unidades do Poder Judiciário do Ceará, relativa ao cumprimento das metas setoriais estabelecidas para o 1º semestre de 2014, para fins de percepção da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM). A Esmec cumpriu 95,4% de suas metas. (DJ de 17/07/14)

**Portaria n.º 1752/2014** - Designa o Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo para viajar à Cidade de Juazeiro do Norte-CE, no período de 14 a 17 de agosto de 2014, com o objetivo de participar da solenidade de assinatura do convênio com a Universidade Regional do Cariri - URCA e a Esmec. (DJ de 21/08/14)

## Íntegra do discurso do Des. Haroldo Máximo, por ocasião de sua posse (ocorrida em 05/02/2013)

Agradeço ao Presidente do Tribunal de Justiça – Des. Luis Gerardo Pontes Brígido – a confiança em mim depositada para assumir a missão de dirigir esta Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC e aos eminentes membros da egrégia Corte que, unanimemente, referendaram a indicação.

Meus agradecimentos a minha esposa Ivone. A meus filhos, Haroldo Filho, Lino André e Lorena. As minhas noras Tatiany e Carol e a meu genro David, que me propiciaram a imensa felicidade de ser avô de Júlia Maria, Sara, Gustavo e Lara.

Com incontida emoção saúdo uma mulher que dedicou grande parte de sua vida ao magistério, numa quadra de extrema precariedade, em um distrito do município de Farias Brito, posteriormente no município do Iguatu, e que aqui se encontra presente para assistir, com a simplicidade que lhe é peculiar, a posse de um filho como diretor de uma escola superior da magistratura, minha mãe Maria Máximo. Meu pai José Correia, como declarei no meu discurso de posse no honroso cargo de Desembargador, a presença de vocês neste momento para mim é uma dádiva divina.

Agradeço a presença dos meus irmãos e dos inúmeros amigos irmãos.

No início de um novo ciclo, passados vinte e seis anos desde sua criação, a ESMEC precisa seguir adiante, na busca de alcançar efetivamente seus objetivos institucionais, preparando, qualificando e requalificando a magistratura cearense para os desafios do tempo presente.

Pela primeira vez em sua história, a ESMEC passa a ser dirigida por alguém que aqui atuou na condição de Juiz Coordenador Geral, na gestão do eminente desembargador João Byron Figueiredo Frota. A honra, ao contrário de envaidecer-me, cobre-me de responsabilidade e expectativa. A propósito, renovo os agradecimentos e torno pública minha gratidão ao eminente desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, por haver viabilizado, enquanto presidente do egrégio Tribunal de Justiça, a inesquecível experiência por mim vivenciada nesta escola superior.

Assumo a direção desta escola superior imbuído da convicção de que a capacitação permanente do magistrado é um direito dos jurisdicionados e da sociedade em geral à obtenção de um serviço de qualidade na administração da Justiça, assegurado, ressaltado, pelo Código de Ética da Magistratura Nacional, art. 29, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Inaugura-se pois essa gestão com a convicção de que o papel da ESMEC, na formação e aprimoramento da magistratura cearense e servidores do Poder Judiciário, possui grande relevância social. Nesse sentido, calha ressaltar que os investimentos em capacitação transcendem a aspectos de benefício individual aos magistrados no campo do engrandecimento intelectual, assumindo uma feição coletiva, de interesse social.

Desse modo, cônescios da natureza da atividade que exercem e da relevância social de suas funções, os magistrados não podem renunciar aos compromissos de pretender o aperfeiçoamento de sua formação, mantendo em relação às escolas judiciais uma postura de valorização como espaço permanente de manifestação cultural, impondo, por outro lado, que os tribunais dotem as escolas da estrutura necessária para que cumpram de modo eficaz a sua atividade fim.

Dentro dessa concepção, compete a esta escola superior absorver as carências da classe, no que pertine às atualizações e mutações próprias da ciência do direito, ser casa de debates jurídicos, de aprendizado, de transformações, de crescimento intelectual, afim de que o digno papel de magistrado, que deságua na busca de se fazer justiça, propicie o atendimento dos anseios lididamente reclamados por nossa sociedade, com a qualidade e presteza devidas.

Frise-se, nesse contexto, que celeremente se consolida o entendimento de que a formação e o

aperfeiçoamento de magistrados, voltados para a gestão administrativo-jurisdicional são imprescindíveis. A ministração de cursos obrigatórios de gestão jurisdicional, pelas escolas da magistratura, é portanto uma exigência que se impõe a todos nós dirigentes e da qual tenho plena convicção.

Dentro dessa concepção, assumo igualmente o compromisso de priorizar, nesta escola, gestões no sentido de que a educação voltada para a formação de juizes-gestores seja consolidada, tendo em vista sobretudo o objetivo maior do poder judiciário que é a entrega da prestação jurisdicional em prazo razoável e de forma efetiva.

O momento é de afirmação de compromissos. Nesse sentido, assumo o compromisso de alinhar a ESMEC às determinações do Plano Nacional de Capacitação Judicial, sob a supervisão da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, possibilitando que atividades como os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados estejam adequadas às diretrizes nacionais fixadas, priorizando uma formação que contemple os planos ético, sociológico, psicológico, administrativo, judicial e pessoal em busca de um conteúdo profissionalizante mais eficaz que evidencie com maior intensidade os talentos individuais do juiz, conforme orientação adotada pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura – COPEDEM, em sua última reunião, realizada em novembro de 2012, na cidade de Belém.

Oportuno, também, ressaltar que é fundamental inserir esta escola da magistratura no processo de modernização que o Tribunal de Justiça tem experimentado nos últimos anos no que pertine à tecnologia da informação. Não se mostra razoável que os magistrados que militam em comarcas distantes tenham que se deslocar regularmente à ESMEC para participar de atividades que poderiam ser acompanhadas a partir da própria comarca. Desse modo, é essencial que a ESMEC, a exemplo do que vem sendo realizado com êxito por outras escolas, ofereça o ensino a distância, na modalidade telepresencial, possibilitando a todos os magistrados a frequência aos cursos em igualdade de condições.

Sem embargo das normas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 64/08, o Tribunal de Justiça deve atuar, celeremente, por provocação da escola, para regular o afastamento de magistrados para fins de aperfeiçoamento profissional, fixando critérios objetivos e isonômicos que possibilitem oportunidades equânimes aos que pretendam se dedicar a atividades de curta, média e longa duração, sem prejuízo qualquer para a prestação jurisdicional.

O eminente Corregedor Geral da Justiça, desembargador Francisco Sales Neto, meu prezadíssimo amigo e colega do curso de direito da Universidade Federal do Ceará, mercê do zelo que devota à administração da justiça, já tomou a iniciativa de externar para este que vos fala preocupações e propostas nesse sentido.

A autonomia financeira das escolas de magistratura é um dos principais fundamentos do Plano Nacional de Capacitação Judicial, instituído pela Resolução nº 126 e complementado pelas disposições da Resolução nº 159, do Conselho Nacional de Justiça. A determinação de que as escolas tenham liberdade para elaborar e gerir seus orçamentos, inclusive com competência para ordenação de despesa, representa um passo decisivo para que deixem de funcionar como apêndices dos tribunais, possibilitando seu pleno desenvolvimento.

A autonomia acadêmica, com o reconhecimento da ESMEC como instituição de ensino superior não universitária, deve ser acompanhada de sua efetiva autonomia financeira, permitindo que os recursos arrecadados possam ser investidos no fomento à formação dos magistrados.

A direção desta escola superior, doravante, se empenhará na implementação das determinações

contidas na Resolução nº 1/2011, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados-ENFAM, as quais estabelecem que os magistrados, para fins de promoção por merecimento, tenham cursado com êxito uma carga horária mínima de quarenta horas-aulas anuais em atividade de aperfeiçoamento oferecida pela escola.

A medida possibilitará o aumento imediato do número de magistrados frequentando as atividades oferecidas pela ESMEC além da melhoria da qualidade da prestação jurisdicional.

Atenta às diretrizes fixadas pela ENFAM, a ESMEC deverá ampliar a oferta permanente de cursos de curta duração, devidamente credenciados. A atuação conjunta da ESMEC e da Corregedoria Geral de Justiça permitirá não apenas que sejam adequadamente identificadas as necessidades dos magistrados cearenses, mas também que haja efetivo controle, quando das movimentação da carreira, do cumprimento das regras a tal respeito fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pela ENFAM.

Na esteira de mudanças prementes a serem implementadas na gestão que se inicia, devem ser revistos e recompostos os conselhos que auxiliam a administração da ESMEC, como os de Ensino, Pesquisa, Extensão e o de Avaliação Interna.

Igualmente relevante a requalificação das revistas mantidas pela ESMEC (revista Themis e revista eletrônica Dike). A regularização de sua periodicidade e, mais que isto, a preparação das mesmas para obtenção do selo Qualis, da CAPES, constituem prioridade absoluta.

No biênio 2013/2015 a ESMEC, necessariamente, ofertará curso de formação para novos juizes. Há notória carência do quadro da magistratura cearense. Há concurso em vias de conclusão, que não suprirá sequer metade da necessidade. Há, ainda, magistrados egressos do último concurso que não se submeteram ao curso de formação inicial, condição absolutamente indispensável à obtenção da garantia constitucional da vitaliciedade.

Em síntese, presidente, são inúmeras as metas a serem cumpridas. Tenciono adotar o mesmo critério externado por Vossa Excelência no recente discurso de posse, com relação aos servidores desta casa, ou seja, em prol da eficiência cobrar-se-á profissionalismo, com atuação técnica e segundo os princípios que norteiam a administração pública, notadamente dos que ocupam cargos comissionados.

Pretendemos ampliar o acervo da biblioteca da ESMEC, concluir as reformas de infra-estrutura e modernização do prédio desta escola, finalizar o processo do seu recredenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação, oferecer novos cursos de especialização e o acesso de magistrados a cursos de mestrado e doutorado. Para tanto espero contar com o incondicional apoio de Vossa Excelência.

Todos os compromissos ora expostos, que sinto-me no inarredável dever de cumpri-los urgentemente, com a benção e graça de Deus, resultam de variadas imposições, entre as quais a de imprimir sequência a dinâmica administração do eminente desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, que conduziu a ESMEC no último biênio.

Cabe, assim, considerar que são muitos os obstáculos a serem ultrapassados a fim de que se atinja o grau de excelência que todos aspiramos. Para isso, contarei com a colaboração do meritíssimo juiz de direito Dr. Antônio Carlos Pinheiro Klein Filho, titular da 4ª Vara do Juri desta capital, a quem foi atribuída a árdua tarefa de ser o juiz Coordenador Geral da Escola, cujo papel será de extrema relevância.

Ao concluir, dirijo-me aos servidores da ESMEC afirmando que, para o integral cumprimento dos compromissos e metas ora expostos, serão absolutamente indispensáveis a colaboração e a parceria de todos.

Por último, peço a Deus, na sua infinita bondade, que me ilumine no cumprimento, com humildade e retidão, da nobilitante missão que ora me é atribuída. Muito Obrigado.

